

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 21/2000
DE 2000/09/14**

ACTA Nº. 21/2000

Data da reunião ordinária: 2000/09/14

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 9,15 horas

Términus da reunião: 14,30 horas

Intervalo: das 11,30 às 12,20 horas

Resumo diário da Tesouraria: 2000/09/13 288.399.389\$00

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Eng.^o. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr.^a Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng.^o. António Freire de Oliveira

Eng.^o. Luís Manuel Fé de Pinho

Eng.^a. Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr.^a. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

----- **ABERTURA DA ACTA** -----

---- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos**, ainda sem a presença na sala do senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----- **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES** -----

---- **A) DIVERSO**-----

---- De **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCANEDE**, com sede na Rua da Arca, na Vila e freguesia de Alcanede, solicitando a aprovação do projecto para a construção de um edifício destinado a quartel, na Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois, na mesma freguesia.-----

---- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, informou o seguinte:-----

---- *“Considerando que o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária emitiu parecer favorável, em fax de cinco de Maio do corrente ano, e tendo em atenção a informação técnica de dezoito de Outubro de mil novecentos e noventa e oito (constante do processo), proponho a aprovação do projecto de arquitectura, desde que a Exm.^a Câmara reconheça de interesse municipal, conforme previsto no número cinco do artigo sessenta e seis do Plano Director Municipal.*-----

---- *Carecendo, no entanto, a aprovação final do projecto do licenciamento do posto de abastecimento por parte do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, o qual deverá ser solicitado directamente naquele Instituto, pela requerente”.* -----

---- Deliberado, por unanimidade, deferir a pretensão considerando a mesma de interesse municipal.-----

---- **B) AVERBAMENTOS**-----

---- De **ANGELINA E RODRIGUES, LIMITADA**, com sede na Avenida vinte cinco de Abril, número quarenta e seis, rés-do-chão, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando averbamento do processo de loteamento, anteriormente em nome de Joaquim Louro & Companhia, Limitada, em virtude de ter adquirido o respectivo terreno.-----

--- Deliberado, por unanimidade, deferir a pretensão em causa em face dos documentos apresentados. -----

--- De **SANTÉCNICA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LIMITADA E OUTRO**, com sede nesta Cidade, solicitando averbamento do processo de loteamento, anteriormente em nome de Corina Amora Alves Grácio Silvério Ferreira, em virtude de terem adquirido o respectivo terreno. -----

--- Deliberado por unanimidade, deferir a pretensão em causa em face dos documentos apresentados. Ainda sem a presença do senhor Vereador Fé de Pinho. -----

--- **C) INFORMAÇÕES PRÉVIAS** -----

--- **VIABILIDADE SUSCEPTÍVEL DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **SUSANA MARINA FERREIRA OLIVEIRA MARTINS**, residente em Vila Nova do Coito, freguesia de Almoester, deste Município, solicitando informação prévia para ampliação e alteração de uma moradia sita no local da sua residência. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou favoravelmente a pretensão uma vez que a mesma tem enquadramento com o disposto no Regulamento do Plano Director Municipal, devendo no entanto, ser garantido o estacionamento no interior do lote. -----

--- Deliberado, por unanimidade, informar a requerente que a sua pretensão é viável de acordo com a informação técnica prestada. -----

--- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO**-----

--- De **ARNALDO DELGADO LAMEIRAS**, residente no Casal das Oliveiras, Perofilho, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para realização de uma operação de loteamento numa propriedade sita na Estrada Nacional cento e catorze, no lugar e freguesia da sua residência. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação: -----

--- *“É solicitada informação sobre a viabilidade de realização de operação de loteamento, num terreno integrado em espaço classificado de urbanizável de baixa*

densidade, dentro do perímetro urbano de Perofilho, freguesia da Várzea; -----

----A parcela tem área total de sete mil quinhentos e sessenta metros quadrados, e de acordo com os valores indicados em metros quadrados para Coeficiente de Afectação do Solo e Coeficiente de Ocupação do Solo (que se julga corresponderem às áreas de implantação e construção respectivamente), verifica-se que é garantido o cumprimento do disposto no artigo cinquenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal, Coeficiente de Afectação do Solo = zero vírgula vinte e quatro < zero vírgula vinte cinco e Coeficiente de Ocupação do Solo = zero vírgula quarenta e nove < zero vírgula cinquenta;-----

----As construções propostas não excedem os dois pisos, verificando assim o enquadramento no mesmo artigo;-----

----Relativamente ao estacionamento, deverá ser garantido o cumprimento do previsto no número dois do artigo setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal, e Portaria mil cento e oitenta e dois/noventa e dois, de vinte e dois de Dezembro (situação a aferir de acordo com as a.b.c. das habitações, valor não indicado com clareza). -----

----No que diz respeito às áreas a ceder para equipamento colectivo e espaços verdes, considerando que a área prevista para espaços verdes é (pela indicação em planta) superior à exigível (cento e cinquenta metros quadrados), julga-se admissível a sua contabilização, no entanto, a proposta de “recreio infantil” na proximidade da Estrada Nacional cento e catorze, considera-se ser uma situação com alguns riscos, que deverá ser revista;-----

----Relativamente à área proposta como cedência para equipamento, considerando que se encontra maioritariamente na zona de servidão da Estrada Nacional cento e catorze, julga-se que deverá ser prevista uma outra localização ou em alternativa o pagamento das compensações previstas no número quatro do artigo dezasseis do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte e oito de Dezembro e Lei número vinte seis/noventa e seis, de um de Agosto, de acordo

com o Regulamento de Taxas em vigor na Câmara Municipal de Santarém.-----

---A servidão prevista na proposta, para a estrada nacional cento e catorze, garante o enquadramento na alínea d) do artigo oitavo do Decreto-Lei número treze/setenta e um, no entanto julga-se que deverá ser dada maior atenção ao acesso proposto à estrada nacional cento e catorze, devendo ser facilitada a inserção na Estrada Nacional;-----

---No entanto, a proposta deverá previamente receber parecer favorável do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, condição para uma possível viabilização de futura intervenção; -----

---A proposta a apresentar deverá ainda garantir o disposto no Decreto-Lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio (normas técnicas sobre acessibilidade), nomeadamente no capítulo I, anexo I (urbanismo), bem como ser instruída de acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei número sessenta e três/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, Decreto-Lei número duzentos e noventa e dois/noventa e cinco, de catorze de Novembro e Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um; -----

---Considera-se ainda face às características do terreno, que deverá ser incluída modelação do terreno na proposta a apresentar a licenciamento, bem como as cotas de soleira integradas na modulação proposta; -----

---Face ao exposto, julga-se que não poderá propor-se o deferimento da pretensão, condicionando-se uma possível viabilização à emissão de parecer favorável do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária e nas condições expressas nesta informação.” -----

*--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado que deverá, ainda, prever-se a ligação do arruamento projectado à estrada municipal. -----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão, em face das informações dos serviços técnicos. -----

*--- De **JOAQUIM CRUZ JÚNIOR**, residente na Rua Dom Afonso Henriques, número cento e dezassete, Município de Rio Maior, solicitando informação prévia para*

construção de uma moradia, no lugar de Alqueidão do Mato, freguesia de Alcanede, deste Município. -----

---- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação: -----

---- *“O requerente pretende saber qual a viabilidade da construção de uma moradia unifamiliar na localidade de Alqueidão do Mato – Alcanede. -----*

---- *De acordo com o Plano Director Municipal, a parcela de terreno em causa, está em espaço agro-florestal, integrado na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional. -----*

---- *Nas condições propostas o requerido não reúne condições de deferimento, dado que a pretensão não está de acordo com o ponto um do artigo sessenta e seis do Plano Director Municipal.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão de acordo com os pareceres técnicos prestados. -----

---- De **MANUEL DE ABREU PEREIRA**, residente na Rua Alexandre Herculano, número cento e setenta e nove, primeiro esquerdo, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando informação prévia para reconstrução de uma moradia, sita no lugar e freguesia de Azoia de Baixo, deste Município. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

---- *“Uma vez que a Junta de Freguesia de Azoia de Baixo deu parecer desfavorável, proponho o indeferimento da pretensão, nas condições propostas, ao abrigo do artigo doze do Decreto-Lei número duzentos e cinquenta/noventa e quatro, de quinze de Outubro. -----*

---- *Poderá vir a admitir-se a proposta de construção de uma moradia, respeitando um afastamento constante a três metros às construções/muros de lado contrário à serventia e cumprindo com os artigos trinta e oito, quarenta e seis e setenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão em face do parecer atrás transcrito. -----

--- De **VITOR SÉRGIO SIMÕES CARVALHO**, residente na Rua Bairro Novo, número nove, na Vila e freguesia de Vale de Santarém, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma moradia e oficina no lugar de Vale de Murta, freguesia de Póvoa da Isenta, deste Município. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou desfavoravelmente a pretensão em causa, uma vez que: -----

--- *“Um - A área da parcela de terreno é inferior à unidade mínima de cultura; -----*

--- *Dois – A pretensão não é prevista no quadro de compatibilidade de usos – anexo II do Plano Director Municipal (construção de uma oficina).” -----*

--- Deliberado, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão de acordo com o parecer técnico emitido. -----

--- Nesta altura entrou na sala o senhor Vereador Fé de Pinho, participando nos trabalhos da reunião. -----

--- **D) LOTEAMENTOS**-----

--- De **ADELINO CAROLO**, residente na Estrada Nacional três, número trinta e nove, Portela das Padeiras, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando reapreciação do estudo de loteamento para uma propriedade sita no lugar de sua residência. -----

--- O presente estudo mereceu apreciação e discussão em reunião camarária de dezoito de Novembro do ano findo, tendo sido indeferido. -----

--- Novamente apreciado, o **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística** informou que o estudo em causa poderá merecer o deferimento desde que sejam cumpridas as seguintes considerações:-----

--- *“Um – As cedências para espaço verde e equipamento não atingem a área mínima de duzentos metros quadrados (número três do artigo cinquenta e oito do Plano Director Municipal) para que possa interessar a sua integração no domínio público, pelo que deverá considerar-se o pagamento de compensações, em numerário ou espécie, no valor de um milhão e duzentos mil escudos (artigo doze do regulamento municipal de liquidação e cobrança de taxas de operações de loteamento e de obras de urbanização e*

compensações); -----
----**Dois** – *As obras de urbanização deverão incluir a execução de passeio com dois vírgula vinte cinco metros e arruamento (asfaltado) com seis vírgula cinco metros que permita o acesso ao lote um;* -----
----**Três** – *Deverá ser apresentada planta de síntese final sem áreas de cedência;* -----
----**Quatro** – *A cedência de áreas para futuro arruamento poderá ser considerada na avaliação da compensação referida no ponto um.”* -----
----Notificado o requerente nos termos do artigo cento e um do Código do Procedimento Administrativo e não tendo sido obtida qualquer resposta por parte do mesmo, o senhor Presidente propôs que se mantivesse o indeferimento da pretensão, podendo no entanto, ser reapreciada de acordo com as condições técnicas atrás transcritas. -----
----De **ANTÓNIO JORGE, LIMITADA**, com sede na Praceta Augusto Costa, número um, rés-do-chão, nesta Cidade, solicitando recepção definitiva das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número doze/oitenta e sete, sita no lugar de Sacapeito, freguesia de Marvila, nesta Cidade. -----
----A **Comissão de Vistorias**, concluiu que as infra-estruturas foram executadas de acordo com os projectos apresentados e aprovados. -----
----Em face do auto de vistoria, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a pretensão em causa, recebendo as obras de urbanização definitivamente. -----
----De **ARGILOBRA – SOCIEDADE INDUSTRIAL DE CERÂMICA DE SANTARÉM, LIMITADA**, com sede no Largo Padre Francisco Nunes da Silva, número um, rés-do-chão direito, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando aprovação dos projectos das obras de urbanização referentes ao loteamento de uma propriedade sita no lugar de Alto do Bexiga, na mesma freguesia. -----
----Pela Portugal Telecom, EDP Distribuição de Energia, S.A., Serviços Municipalizados de Santarém, Departamento de Obras Municipais, Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, foram emitidos pareceres favoráveis com algumas condições a observar.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os respectivos projectos das obras de urbanização, devendo o requerente nos termos dos artigos vinte e três e trinta do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte e oito de Dezembro, requerer a emissão do respectivo alvará de licenciamento e prestar uma caução no valor de noventa e seis milhões setecentos e noventa e quatro mil novecentos e cinquenta e dois escudos, para garantia da execução das referidas obras.----

--- De **JÚLIO ANTÓNIO DUARTE**, residente na Rua das Manteigas, número cinquenta e oito, Fontaínhas, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, apresentando um estudo de loteamento para uma propriedade sita no local da sua residência.-----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, emitiu o seguinte parecer: -----

--- *“O requerente apresentou nova planta de síntese com o quadro dos lotes, conforme solicitado em anterior informação, pelo que me parece estarem reunidas as condições para o projecto de loteamento ser aprovado, devendo o interessado pagar a compensação devida pela não cedência de áreas para espaços verdes e equipamento, de cinquenta metros quadrados e setenta metros quadrados, respectivamente. -----*

--- *Em síntese, são as seguintes as características deste loteamento: -----*

--- **Um** - Número de lotes: dois;-----

--- **Dois** – Número de fogos: dois; -----

--- **Três** – Área total dos lotes: três vírgula cento e setenta e oito metros quadrados; -----

--- **Quatro** – Área do acesso comum aos lotes: cento e noventa e dois metros quadrados;

--- **Cinco** – Área de cedência para alargamento de rua: setenta metros quadrados; -----

--- **Seis** – Área total da propriedade: três mil quatrocentos e quarenta metros quadrados; -----

--- **Sete** – Área de cedência para espaços verdes: zero metros quadrados; -----

--- **Oito** - Área de cedência para equipamento: zero metros quadrados.” -----

--- Ainda pelo **Departamento de Obras Municipais** foi informado que a solução

apresentada para as infra-estruturas reúne condições de aprovação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente estudo, de acordo com os pareceres técnicos prestados, devendo o requerente apresentar os projectos das obras de urbanização no prazo de um ano. -----

---- De **NEGRÉUS – IMÓVEIS E COMÉRCIO, LIMITADA**, com sede na Avenida de Roma, Número oitenta e quatro, rés-do-chão esquerdo, Município de Lisboa, solicitando cancelamento da hipoteca dos lotes um e dois, referente a uma propriedade licenciada pelo alvará número sete/noventa e nove, sita no Casal do Brejo, Portela das Padeiras, freguesia de Salvador, nesta Cidade. -----

---- Pelo **Departamento de Obras Municipais**, foi emitido um parecer do seguinte teor:

---- *“Relativamente ao pedido de cancelamento da hipoteca dos lotes um e dois, não vemos inconveniente, visto que o valor das infra-estruturas em falta é substancialmente inferior ao dos lotes que ainda permanecem hipotecados (sete, oito, dezanove, vinte, vinte e um, e vinte e dois).”*-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, cancelar a hipoteca dos lotes um e dois, de acordo com o parecer prestado pelo Departamento de Obras Municipais. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar em minuta toda a parte da acta referente a **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**, a fim de produzir efeitos imediatos. -----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

---- ALTERAÇÕES AO PLANO E ORÇAMENTO - RATIFICAÇÃO - Pela **Divisão Financeira** foram presentes as seguintes propostas de alteração, nos termos do número um do artigo quarto do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte de Julho: -----

---- No **Plano de Actividades** - número oito, que totalizou duzentos e quarenta e nove milhões duzentos e cinquenta mil escudos no **REFORÇO** e duzentos e sessenta e um milhões duzentos e cinquenta mil escudos na **ANULAÇÃO**.-----

---- No **Orçamento** – número nove, que totalizou tanto no **REFORÇO** como na

ANULAÇÃO, a importância de duzentos e um milhões duzentos e cinquenta mil escudos. -----

--- Após uma breve troca de impressões foram submetidos a votação os documentos apresentados, que ficam anexos à presente acta (Documentos I e II), tendo a Câmara deliberado, por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores António Oliveira e Rosa Maria Feliciano e uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, ratificar o despacho do senhor Presidente, de quatro do corrente mês, que nos termos do disposto no número três, do artigo sessenta e oito do Decreto-Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, aprovou as alterações propostas. -----

--- **TRANSFERÊNCIA PARA O CNEMA - CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS – RATIFICAÇÃO** – Na sequência da deliberação camarária de treze de Dezembro do ano findo, o **Consultor Jurídico** prestou a informação número cinquenta e nove/dois mil, de onze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, cabe informar o Exm.º senhor Presidente de que, nesta data, se procedeu à entrega ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas do valor de quinze milhões de escudos, conforme cópia de recibo que se junta. -----

--- Em vinte e quatro de Julho próximo passado, havia sido já pago o montante de cinquenta e um milhões trezentos e oitenta e três mil cento e setenta e seis escudos.-----

--- Tais pagamentos prendem-se com o subsídio ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas por deliberação camarária de treze de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove e previsto em Orçamento Municipal para o corrente ano de dois mil.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, de onze do corrente mês, concordando com a atribuição ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas de um subsídio no montante de quinze milhões de escudos, conforme deliberação camarária de treze de Dezembro do ano findo. -----

----**UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RATIFICAÇÃO** – Foi presente um ofício do clube em epígrafe, solicitando que o subsídio mensal de quinhentos mil escudos, atribuído na reunião de onze de Novembro do ano findo, passe para um milhão de escudos, com efeitos a partir de um de Junho último.-----

----Após explicações iniciais do senhor Presidente, o senhor **Vereador Vicente Batalha** sublinhou que, ciclicamente, a Câmara é confrontada com estas situações e nunca se encontrou qualquer factor de equilíbrio para que a União funcionasse e continuasse a poder prestigiar a cidade.-----

----Considerou importante que a União encontre o equilíbrio e partilhe de um projecto que a Câmara possa efectivamente apoiar com toda a credibilidade.-----

----Frisou que o cenário não melhorou, os subsídios que têm vindo a ser concedidos não alteraram o panorama nem o funcionamento do clube.-----

----Disse ter algumas dúvidas que a atribuição de subsídios resolva os problemas de fundo da União, no entanto, este continua a ser o melhor caminho para que tal aconteça. -

----O senhor **Vereador António Oliveira** frisou que os Vereadores do Partido Social Democrata sempre se têm manifestado favoráveis ao apoio concreto e inequívoco à União Desportiva de Santarém. No entanto, a Câmara tem de ter conhecimento da finalidade desse apoio. Assim, propôs, na mesma linha do deliberado na reunião de onze de Novembro do ano findo, que se solicite à União Desportiva de Santarém a apresentação, no prazo de trinta dias, de um plano de gestão financeira, bem como documentos comprovativos da afectação de recursos, orçamento, plano de actividades, sem o que, os apoios da Câmara cessarão, a partir desta data.-----

----O senhor **Vereador Fé de Pinho** manifestou-se preocupado com algumas situações que se verificam na União Desportiva de Santarém e entendeu que deve ser feita uma auditoria jurídica e financeira ao Clube, através de uma entidade de reconhecida competência, sem o que não se poderá falar seriamente em completo saneamento financeiro.-----

--- Afirmou não estar de acordo, a partir desta data, com a atribuição de subsídios à União Desportiva de Santarém, sem que seja efectuada uma auditoria ao clube, cujo pagamento poderá vir a ser assumido pela Câmara face às dificuldades do mesmo.-----

--- Interveio novamente o senhor **Vereador Vicente Batalha** referindo não ter aludido à necessidade de um plano por considerar difícil a sua apresentação numa situação de crise. Concordou, no entanto, com essa exigência porque se trata de dinheiros públicos que devem ser bem geridos, não podendo, todavia, pactuar com a “retirada do tapete” à União Desportiva de Santarém.-----

--- A senhora **Vereadora Graça Morgadinho** foi de opinião que, neste momento, em que se verificaram novas eleições na União Desportiva de Santarém e em que o clube vive uma situação de crise profunda, não se deveria exigir um plano de gestão financeira. Em seu entender a nova Direcção está a inteirar-se da verdadeira situação do clube, a tentar reerguê-lo e a resolver os problemas internos do mesmo, pelo que será muito difícil apresentar, desde já, esse plano. -----

--- O senhor **Vereador Botas Castanho** considerou imperioso dar o benefício da dúvida à nova direcção da União Desportiva de Santarém, uma vez que o respectivo Presidente está muito interessado em clarificar a situação do Clube.-----

--- O **senhor Presidente** manifestou a sua concordância com a proposta do senhor Vereador António Oliveira e, a propósito da proposta do senhor Vereador Fé de Pinho, referiu que o Presidente da União Desportiva de Santarém, informalmente, lhe havia transmitido a sua inequívoca disponibilidade para assegurar um conhecimento total e exaustivo da realidade do Clube. Daí que, em seu entender, se deveria suspender esta proposta até se ter conhecimento das medidas que o Presidente do Clube pretende adoptar.-----

--- O senhor **Vereador Fé de Pinho** referiu que se o senhor Presidente da Direcção da União Desportiva de Santarém já manifestou disponibilidade para efectuar a auditoria, aplaude a iniciativa. Acrescentou que, face às dificuldades do clube, a Câmara poderá participar essa auditoria.-----

----Frisou que a sua posição é a de que não deve ser transferida nenhuma verba para o clube até que o mesmo dê a conhecer à Câmara a sua situação actual, o resultado da auditoria, um orçamento e um plano de actividades.-----

----Após mais alguma troca de impressões, a Câmara deliberou:-----

----**Primeiro** – Por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Fé de Pinho, ratificar o despacho do senhor Presidente, de onze do corrente mês, concordando com a alteração do subsídio atribuído na reunião camarária de onze de Novembro do ano findo, passando o mesmo a ser de um milhão de escudos, com efeitos a partir de um de Junho próximo passado. -----

----O senhor **Vereador Vicente Batalha** apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Eu queria que a minha última intervenção constituísse Declaração de Voto e acrescentar que votei favoravelmente porque não pode concluir-se que possa haver qualquer cumplicidade nas várias questões que conduziram o Clube ao descrédito e à situação conhecida. Votei pela União Desportiva de Santarém porque as situações ficam e os homens passam e pela sua continuidade e sobrevivência não lhe retirando o apoio que já deliberámos.”-----

----**Segundo** – Por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador António Oliveira.-----

----**Terceiro** – Por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores Graça Morgadinho e Vicente Batalha, aprovar a proposta do senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----Apresentaram Declarações de Voto:-----

----Senhora **Vereadora Graça Morgadinho** – “Eu abstive-me nesta votação pois preciso de saber concretamente da parte da nova Direcção do Clube quais os passos que já foram dados nesse sentido, porque creio que, mais do que nós, a própria Direcção tem todo o interesse em clarificar as situações anteriores e porque hoje o clube se encontra na presente crise.”-----

----Senhor **Vereador António Oliveira** – “Em nome dos três Vereadores do Partido Social Democrata faço a Declaração de Voto de que os nossos votos a favor destas três

propostas visam uma aposta inequívoca na União Desportiva de Santarém, como mais um clube que deve responder e representar a cidade e o concelho de uma forma muito digna, mas visa também uma precaução pelos gastos dos dinheiros públicos e por uma resposta a todos os munícipes da Cidade e do Concelho de Santarém.” -----

--- Senhor **Vereador Vicente Batalha** – “Abstive-me porque embora comungue das preocupações e da leitura expressas não quero que tal seja interpretada - a auditoria - como uma intromissão na vida interna da União Desportiva de Santarém e que seja testada a confiança e responsabilidade dos actuais directores e das suas declarações públicas de que vão cumprir, e que é esse um dos seus objectivos. Foi essa a razão para a nossa abstenção. -----

--- **LACTOGAL - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. – PROTOCOLO – RATIFICAÇÃO** – Foi presente um ofício da Sociedade em epígrafe, propondo alterações ao texto do protocolo aprovado na reunião do Executivo Municipal, realizada em vinte e três do mês findo, com o objectivo de construir e instalar uma fábrica na zona do Parque de Negócios da Quinta da Mafarra, freguesia da Várzea, deste Concelho. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de quatro do corrente mês, concordando com as propostas de alteração ao referido protocolo apresentadas pela LACTOGAL - Produtos Alimentares, S.A.. -----

--- **INFORMAÇÃO SOBRE O VALOR DAS FACTURAS PAGAS NO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL** – Foi presente a informação número duzentos e cinquenta mil cento e quarenta e dois/dois mil, de doze do corrente mês, da **Divisão Financeira**, dando conhecimento dos pagamentos efectuados durante o mês de Agosto findo, no valor total de seiscentos e trinta e três milhões seiscentos e quarenta e dois mil cento e vinte e cinco escudos. -----

--- A Câmara tomou conhecimento. -----

--- **INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES EM DÍVIDA PELA AUTARQUIA, ANTERIORES A ABRIL DE DOIS MIL, COM INDICAÇÃO DA DATA A QUE CORRESPONDE CADA UM DELES** - Foi presente a informação número duzentos e

cinquenta mil cento e quarenta e dois/dois mil, de doze do corrente mês, da **Divisão Financeira**, dando, também, conhecimento da dívida desta Autarquia até trinta e um de Março último, no valor total de cento e quatro milhões quinhentos e dezassete mil oitocentos e catorze escudos, dos quais vinte e sete milhões quatrocentos e nove mil oitocentos e setenta e nove estão convertidas em Ordens de Pagamento aguardando disponibilidade de Tesouraria. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

---- **CONCURSO PÚBLICO PARA ARRANJOS EXTERIORES DA SEGUNDA FASE DA URBANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO “O LAR SCALABITANO”** – Pela **Chefe de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida**, foi

presente a informação número cento e vinte e dois/dois mil, de sete do corrente mês, do seguinte teor: -----

---- “Encontra-se concluído o Projecto de Execução relativo aos Arranjos Exteriores da Segunda Fase da Cooperativa de Habitação “O Lar Scalabitano”, após a realização da alteração ao projecto inicial, conforme despachos superiores. -----

---- Esta obra está estimada em cinquenta milhões de escudos e encontra-se prevista no Plano de Actividades e Orçamento para o corrente ano na rubrica 10.01.05, com a dotação de cinquenta milhões e quinhentos mil escudos, pelo que se considera que estão reunidas as condições para a abertura do respectivo **Concurso Público**, conforme o previsto na alínea a) do número dois do artigo quarenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março. -----

---- Caso sejam aprovados o Anúncio, Programa de Concurso e Caderno de Encargos que também se anexam, torna-se necessário nomear a Comissão de Abertura de Concurso, pelo que sugerimos, em conformidade com o número dois do artigo sessenta do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove de dois de Março, que esta seja constituída por três elementos e lhe seja agregada um perito em economia. Assim, propomos como Presidente, o Vereador responsável pela área dos Espaços Verdes; como Secretária, a Chefe de Secção do Notariado, Ana Bento; como terceiro elemento, o Director do

Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e, como perito agregado, a Técnica Superior de Economia, Dr.^a Catarina Malha, a fim de prestar parecer quanto à situação sócio-económica dos concorrentes. -----

--- Para a Comissão de Análise, sugerimos a designação, como Presidente, do Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente; o segundo elemento, a signatária e, como terceiro elemento, a Arquitecta Paisagista Catarina Avilez Durão, em conformidade com o número três do artigo sessenta, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do respectivo concurso público, aprovando o anúncio, o programa de concurso e o caderno de encargos respectivos.-----

--- Deliberou ainda, concordar com a composição das comissões de abertura de concurso e de análise de propostas, sugeridas na informação atrás transcrita.-----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- **CLÁUSULAS CONTRATUAIS DO EMPRÉSTIMO DE DUZENTOS E QUARENTA E SETE MILHÕES DUZENTOS E SESSENTA E UM MIL E TREZENTOS ESCUDOS PARA AQUISIÇÃO DE SESSENTA E DOIS FOGOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL, NO ÂMBITO DO PROTOCOLO CELEBRADO COM O INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO** – Foi presente a minuta de

contrato a celebrar com a Caixa Geral de Depósitos contendo as cláusulas contratuais relativas ao empréstimo de duzentos e quarenta e sete mil duzentos e sessenta e um mil e trezentos escudos, destinado a investimento em habitação social, ao abrigo dos Decretos-Lei número cento e dez/oitenta e cinco, de dezassete de Abril e número duzentos e vinte e seis/oitenta e sete, de seis de Junho, com vista à formalização do respectivo contrato. --

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais propostas pela Caixa Geral de Depósitos.-----

----Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----**LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DOIS MIL E UM** – Pelo **senhor Presidente** foi presente uma proposta, datada de oito do corrente mês, do seguinte teor: -

----“O artigo dezoito da Lei quarenta e dois/noventa e oito, de seis de Agosto, permite que os Municípios lancem anualmente uma derrama até ao limite máximo de dez por cento sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. -----

----O número dois do citado artigo refere ainda que a derrama pode ser lançada para reforçar a capacidade financeira ou no âmbito da celebração de contratos de reequilíbrio financeiro.-----

----Sugiro ao Executivo que proponha à Assembleia Municipal o seu lançamento, devendo ser comunicado ao Director de Finanças do Distrito até quinze de Outubro próximo futuro.-----

----Em mil novecentos e noventa e nove o produto da Derrama foi de **trezentos e vinte e três milhões setenta e dois mil e trinta e três escudos**. -----

----Em dois mil foi feita uma previsão orçamental de **duzentos e vinte milhões de escudos**.”-----

----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Fé de Pinho, aprovar a proposta do senhor Presidente fixando no limite máximo o lançamento da derrama, devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

----Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----**CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA** – Pelo **senhor Presidente** foi presente uma proposta, datada de onze do corrente mês, do seguinte teor: -----

----“De acordo com o estabelecido no artigo dezassete do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e dois-C/oitenta e oito, de trinta de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei número

duzentos e onze/noventa, de vinte e sete de Junho, deverá ser comunicada à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, até trinta e um de Dezembro próximo futuro, informação respeitante à taxa determinada pelos Órgãos Autárquicos, sem o que será fixada a taxa mínima. -----

--- A taxa para os prédios rústicos encontra-se fixada em zero vírgula oito por cento, sendo a dos prédios urbanos actualmente variável entre zero vírgula sete por cento e um vírgula três por cento nos termos da alínea b) do artigo quarenta e cinco da Lei cinquenta e dois/C/noventa e seis, de vinte e sete de Dezembro.-----

--- Dando cumprimento à lei vigente, proponho ao Executivo Municipal que fixe em um por cento a taxa inerente a prédios urbanos. -----

--- De assinalar que a receita de mil novecentos e noventa e nove correspondeu a quatrocentos e setenta e nove milhões oitocentos e sessenta e seis mil seiscentos e setenta e dois escudos e a previsão para dois mil aponta para quatrocentos e sessenta e quatro milhões de escudos.”-----

--- Submetido o assunto a votação pelo senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIAS DA SAÚDE – CEDÊNCIA DE TERRENO** – Pelo senhor **Vice-Presidente**, Dr. Botas Castanho, foi presente uma informação, datada de oito do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Estive presente, no passado dia seis do corrente, no Instituto Politécnico de Santarém, em mais uma reunião do Grupo de Trabalho nomeado para estudar a criação em Santarém da Escola Superior de Tecnologias da Saúde.-----

----Os trabalhos preparatórios do Grupo estão bastante adiantados, estão definidos os cursos a ministrar e a respectiva estrutura curricular e pretende-se, desde já, preparar o dossier final para apresentação ao Ministério da Educação. -----

----Para isso, torna-se imprescindível definir, agora, qual o terreno a ceder pelo Executivo Municipal, sua localização e limites, na sequência da deliberação de treze de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove. -----

----Debatido o problema no Grupo de Trabalho e na impossibilidade de se dispor de um terreno com as condições requeridas, junto da Escola Superior de Enfermagem e da Escola Superior Agrária, foi entendido que o terreno que reúne melhores condições para o efeito é o localizado na Quinta do Mocho, já há tempos visitado por representantes do Instituto Politécnico de Santarém, acompanhados pelo senhor Presidente da Câmara, e que consta da proposta anexa do senhor Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano, datada de cinco do corrente.” -----

----Foi, também, presente a informação número sessenta e oito/dois mil de cinco do corrente mês, do **Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano**, do seguinte teor: -----

----“Ciente do ofício número setenta e cinco/PRES, de dezanove de Julho de dois mil, do Instituto Politécnico de Santarém, referente ao assunto em epígrafe, informo que o terreno Municipal da Quinta do Mocho inserido em espaço de equipamento de Desporto e Campismo no Plano Director Municipal de Santarém, possui uma área aproximada de quatro vírgula sete hectares, conforme extracto do ortofotomapa anexo, que poderá ser ainda aumentada, caso o Instituto assim o deseje”. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador Botas Castanho, cedendo o terreno sito na Quinta do Mocho, conforme sugerido na informação número sessenta e oito , de cinco do corrente mês, do senhor Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano . -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

--- **RANCHO FOLCLÓRICO DO VALE DE SANTARÉM – APOIO FINANCEIRO PARA OBRAS NA RESPECTIVA SEDE** – Pelo Gabinete de Apoio

Pessoal ao Presidente foi presente a informação número sete/dois mil, de sete de Fevereiro último, do seguinte teor:-----

--- “A Câmara Municipal de Santarém é proprietária do prédio urbano da Ex-Avilima, situado na freguesia do Vale de Santarém, e em trinta de Junho de mil novecentos e noventa e nove foi assinado um protocolo com o Rancho Folclórico local com vista à cedência daquele espaço para conjuntamente com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue desenvolverem as suas actividades. -----

--- As condições de cedência, ainda por definir, estão a ser elaboradas pelo Gabinete Jurídico, na modalidade de contrato de comodato.-----

--- Importa, nessa altura, proceder a algumas reparações para permitir, tão rápido quanto possível, o uso das instalações pelo Rancho Folclórico, pelo que na sequência da visita efectuada recentemente pelo senhor Presidente, e após entrega de orçamento para as obras da primeira Fase, se conclui pela necessidade de atribuir um subsídio de um milhão e duzentos mil escudos ao Rancho Folclórico do Vale de Santarém, para execução das referidas obras.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, atribuir ao Rancho Folclórico do Vale de Santarém, um subsídio no montante de um milhão e duzentos mil escudos.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **PROJECTOS DO FUNDO DE TURISMO – CORRECÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO** – Pelo Director do

Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, foi presente a comunicação interna número quinhentos e noventa e oito/dois mil, de quatro do corrente mês, do seguinte teor:

----“Após acerto final com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, verificou-se um acerto de três milhões duzentos mil quatrocentos e catorze escudos no Projecto três, o que permitiu que a verba a transferir para a Casa do Campino passasse de noventa e oito milhões oitocentos e quarenta e cinco mil escudos para cento e dois milhões quarenta e cinco mil quatrocentos e catorze escudos, vindo a totalizar duzentos e vinte e dois milhões seiscentos e treze mil quatrocentos e catorze escudos como consta da proposta anexa.-----

----Este documento foi entretanto subscrito, a meu pedido, pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Santarém e enviado ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, merecendo aprovação.-----

----Mais informo que está marcada uma **reunião da Comissão de Acompanhamento**, para quarta-feira, **dia seis de Setembro às dez horas e trinta minutos, na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo** com o objectivo de se formalizar a aprovação da reafecção de verbas e a prorrogação do prazo dos projectos.”-----

----Anexa a esta comunicação interna, foi presente a proposta, subscrita pelo senhor **Vice-Presidente da Câmara Municipal** e remetida ao Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, do seguinte teor:-----

----“Nos termos do acordo estabelecido em dezassete de Agosto de mil novecentos e noventa e oito entre o Fundo de Turismo, a Câmara Municipal de Santarém e a Região de Turismo do Ribatejo, e nomeadamente o estabelecido no seu clausulado, nos artigos quinze (reafecção de verbas) e dezasseis (prorrogação de prazo) propõe-se à consideração de V. Ex.^a o seguinte:-----

----**a) Projecto três**-----

----**Projecto Sanveral – Reabilitação da Torre do Relógio**-----

----A reafecção de verba da comparticipação do Fundo de Turismo (trinta e quatro milhões setecentos mil quatrocentos e catorze escudos) para o projecto dezasseis. Passa a beneficiar de uma comparticipação de treze milhões setecentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e seis, correspondente a uma taxa de oito vírgula cinquenta e quatro

por cento. -----

--- **Projecto seis** -----

--- **Plano de Pormenor Alcáçova e Alporão – Estudos Urbanísticos e Prospecções Arqueológicas** -----

--- Passar a ter um valor de investimento total de trinta e cinco milhões de escudos, recebendo trinta milhões de escudos do projecto dezassete. A comparticipação do Fundo de Turismo passa a ser de dez milhões cento e setenta e oito mil escudos, correspondente a uma taxa de vinte e nove vírgula zero oito por cento. -----

--- **Justificação:** -----

--- No decurso das sondagens arqueológicas inerentes ao Plano em apreço, constatou-se a existência de um vasto e rico campo arqueológico com importantes e bem conservados vestígios quer do período de ocupação romana, quer da idade do ferro. -----

--- Este achado vem inviabilizar a prevista colocação de um parque de estacionamento, para aquele local, forçando a reaquacionar um antigo projecto para a zona, impondo uma solução urbanística que inclua a constituição de um núcleo museológico. -----

--- Complementarmente, importa desenvolver os trabalhos de arqueologia e restauro, estando já previsto um plano de intervenção. -----

--- **c) Projecto sete** -----

--- **Valorização urbana da Rua Conselheiro Figueiredo Leal, Avenida Cinco de Outubro** -----

--- A execução do projecto assumindo a Câmara Municipal de Santarém a totalidade dos encargos pelo que passará a beneficiar de uma taxa de comparticipação de zero por cento. -----

--- **d) Projecto oito** -----

--- **Valorização urbana do Largo da Alcáçova/Portas do Sol** -----

--- A execução do projecto assumindo a Câmara Municipal de Santarém a totalidade dos encargos pelo que passará a beneficiar de uma taxa de comparticipação de zero por cento. -----

---- **e) Projecto dezasseis** -----

---- **Remodelação da Casa do Campino e Cavalariças anexas** -----

---- A comparticipação do Fundo de Turismo passar a ser no valor de duzentos e vinte e dois milhões seiscentos e treze mil quatrocentos e catorze escudos, recebendo trinta e quatro milhões setecentos mil quatrocentos e catorze escudos do projecto três, vinte e três milhões e quinhentos mil escudos do projecto sete, vinte milhões de escudos do projecto oito e vinte e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil escudos do projecto dezassete. -----

---- A taxa correspondente é de quarenta e seis vírgula noventa e nove por cento. -----

---- **f) Projecto dezassete** -----

---- **Recuperação de Fachadas de edifícios do Centro Histórico** -----

---- Um – Uma reafecção de verba, com a transferência de trinta milhões de escudos do investimento total bem como da comparticipação do Fundo de Turismo correspondente (oito milhões novecentos e vinte e oito mil escudos) para o projecto seis, mantendo-se a respectiva taxa de comparticipação (vinte e nove vírgula setenta e oito por cento). -----

---- Dois – Relativamente à restante parte da comparticipação do Fundo de Turismo, importa referir a transferência de vinte e três milhões oitocentos e quarenta e cinco mil escudos para o projecto dezasseis, passando este projecto a beneficiar de uma comparticipação de treze milhões quinhentos e vinte e oito mil escudos, correspondente a uma taxa de dez vírgula setenta e oito por cento. -----

---- Finalmente propõe-se uma dilação do prazo de dois anos para a conclusão do projecto.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o acerto final com o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo. -----

---- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

---- **REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO EXISTENTE NA PRAÇA DO MUNICÍPIO – FUTURAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE**

GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTE E GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

– Pelo senhor Presidente foi presente uma proposta de repartição de encargos, datada de vinte e um de Agosto findo, do seguinte teor:-----

---“Na sequência da adjudicação da empreitada de **“Reabilitação e Ampliação de Edifício Existente na Praça do Município – Futuras Instalações do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santarém”**, à Firma ANTÓNIO JORGE, LIMITADA, pelo valor de duzentos e vinte e quatro milhões trezentos e sessenta e seis mil novecentos e setenta e quatro escudos e com um prazo de execução de trezentos e noventa dias, proponho que para efeitos de cabimentação de verbas, seja aprovada a seguinte repartição de encargos, acrescido de IVA: -----

--- - Dois mil – trinta e oito milhões cento e quarenta e dois mil trezentos e oitenta e seis escudos-----

--- - Dois mil e um – cento e oitenta e seis milhões duzentos e vinte e quatro mil quinhentos e oitenta e oito escudos”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente, que deverá ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação. -----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **ESTRADA NACIONAL NÚMERO TREZENTOS E SESSENTA E CINCO – BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA DE SÃO DOMINGOS – PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

- Pelo senhor Presidente foi presente uma proposta de repartição de encargos, datada de doze do corrente mês, do seguinte teor: -----

---“Na sequência da adjudicação da empreitada de **“Estrada Nacional número trezentos e sessenta e cinco – Beneficiação da Estrada de São Domingos”**, à Firma

CONSTRUÇÕES PRAGOSA, Sociedade Anónima, pelo valor de cento e sessenta e oito milhões trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e sessenta e oito escudos e com um prazo de execução de cento e oitenta dias, proponho que para efeitos de cabimentação de verbas, seja aprovada a seguinte repartição de encargos, acrescida de IVA: -----

----Dois mil – vinte e três milhões sessenta e três mil trezentos e dois escudos -----

----Dois mil e um – cento e quarenta e cinco milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e sessenta e seis escudos.”-----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente, que deverá ser remetida à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação. -----

----Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

----**MUSEU DO TEJO – MINUTA DE PROTOCOLO** – A Câmara, sob proposta do senhor **Presidente**, deliberou, por unanimidade, reagendar este tema para a próxima reunião, a fim de permitir ao Executivo um estudo mais aprofundado dos documentos. ---

----**PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E A SOCIEDADE AGRÍCOLA QUINTA DOS ANJOS E QUINTA DO POÇO, LIMITADA** – A Câmara, sob proposta do senhor **Presidente**, deliberou, por unanimidade, reagendar este tema para a próxima reunião, a fim de permitir ao Executivo um estudo mais aprofundado dos documentos. -----

----**CONCLUSÃO DE EDIFÍCIO EM CONSTRUÇÃO NA PRAÇA OLIVEIRA MARRECA/RUA DE TRAZ DO MURO, NA FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM** – Na sequência do ofício número cento e quarenta e seis/dois mil – DF/ID, de dezassete do mês findo, da firma João Salvador, Limitada, propondo a assunção da execução da obra em epígrafe pelo valor contratual de nove milhões novecentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis escudos e por um prazo de quarenta e cinco dias, o Coordenador do **Gabinete Técnico Local da Ribeira**

de Santarém e Alfange, Arquitecto Filipe Tomás Rafael, prestou a informação número cento e trinta e um, de vinte e três do mesmo mês, do seguinte teor:-----

---“A firma João Salvador, Limitada entregou no último dia previsto para reclamações, o ofício anexo, relativo à rescisão do contrato de conclusão da obra mencionada em epígrafe.-----

--- O referido empreiteiro propõe assumir a conclusão da obra num prazo de quarenta e cinco dias pelo valor de nove milhões novecentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis escudos, inicialmente adjudicado. -----

--- Relativamente a esta proposta, julgamos ser a mesma favorável para a Câmara Municipal, dado que nova adjudicação poderia prolongar para além destes quarenta e cinco dias a conclusão desta obra, pelo que se propõe que a rescisão anteriormente deliberada não possua efeito, para se reiniciarem os trabalhos. -----

--- Sugere-se também que seja revogada a decisão do Executivo Camarário relativa à rescisão de contrato com a João Salvador, Limitada e a anulação da adjudicação à empresa CONEGIL.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, de vinte e cinco do mês findo, concordando com o proposto na informação atrás transcrita, revogando a deliberação camarária de vinte de Julho último e, por consequência, ripristinando a deliberação que adjudicou a obra à Firma João Salvador, Limitada. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador António Oliveira. -----

--- **ESCOLA FIXA DE TRÂNSITO DR. TANORA GONCALVES** –

APROVAÇÃO DE PREÇOS – Foi presente uma carta do senhor José António da Costa Guimarães, de catorze do mês findo, informando que o preço a praticar no desenvolvimento de actividades na Escola Fixa de Trânsito Dr. Tanora Gonçalves será de quatrocentos escudos e solicitando, para o efeito, a aprovação da Câmara Municipal, conforme preconizado na cláusula nove, alínea e), do protocolo aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada em vinte de Julho último. -----

---- Refere, ainda que este preço inclui uma aula teórica, em sala, durante quatro a cinco minutos e uma aula prática, de nove a dez minutos, com mini-carros, num percurso devidamente assinalado, com semáforos e sinais de trânsito. -----

---- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, concordar com o preço proposto para aquele efeito.-----

---- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador António Oliveira.-----

---- **HASTA PÚBLICA PARA ARREMATACÃO DE ESPAÇO COM A ÁREA DE SEIS METROS QUADRADOS, SITUADO JUNTO AO HOSPITAL DISTRITAL DE SANTARÉM** – **PROPOSTA DE EDITAL** –

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Edital, do senhor Vereador Hermínio Martinho, referente à Hasta Pública para arrematação, a título precário, de um espaço com a área de seis metros quadrados, situado junto ao Hospital Distrital de Santarém, fixando como base de licitação o valor de setenta mil escudos. -----

---- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador António Oliveira.-----

---- **ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE SANTARÉM** – **RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAMENTOS** –

ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO – Pelo Departamento de Obras Municipais, foi presente a informação número cento e setenta e dois/dois mil – V, de vinte e quatro do mês findo, informando que estão concluídas as medições respectivas e, por consequência, reunidas as condições para o lançamento de concurso limitado para a obra mencionada em epígrafe. -----

---- Informa ainda que a estimativa de custo para os presentes trabalhos ronda os vinte e três milhões e quinhentos mil escudos. -----

---- O Director do Departamento de Obras Municipais emitiu o seguinte parecer: -----

---- “No cumprimento do plano de modernização das infra-estruturas da Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém, vimos propor que seja aberto o necessário

concurso para a repavimentação dos arruamentos descritos na presente informação (terceira fase).”-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura do concurso limitado para a recuperação e beneficiação de diversos arruamentos na zona de desenvolvimento económico de Santarém, aprovando o respectivo mapa de trabalhos.----

---Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador António Oliveira. -----

--- **APARCAMENTO SUBTERRÂNEO NO CHOUPAL – APRECIACÃO GERAL E DELIBERAÇÃO PRELIMINAR** – Foi presente uma carta da **DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A.**, datada de vinte e sete de Julho último, do seguinte teor: -----

---“**DET - DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO, S.A.**, (...), com sede na Rua Conde da Ribeira Grande, Lote dois, na Zona Industrial de Santarém, em consórcio com algumas empresas suas associadas vêm mui respeitosamente colocar à apreciação de V. Ex.^a o pedido de viabilidade para o desenvolvimento e a implementação dum projecto de instalação dum BUSINESS CENTRE, na cidade de Santarém, no Largo do Comendador Paulino da Cunha e Silva. --

--- O pedido tem por base os seguintes considerandos:-----

--- Um – A preocupação dominante, em termos ambientais, do desenvolvimento da cidade, o aumento constante do tráfego automóvel no centro histórico com todos os inconvenientes ecológicos de agressão pessoal e patrimonial decorrentes do aumento de automóveis naquela zona. -----

--- Dois – A facilitação dos movimentos dos utentes de modo a permitir maior segurança aos peões, evitando o número crescente de acidentes que se vêm registando. -----

--- Três – A crescente necessidade de lugares de estacionamento na cidade, de modo a dar resposta ao aumento da população que, em Santarém tem que desenvolver a sua actividade profissional, assim como o fluxo de turistas que, de ano para ano, cresce de forma satisfatória para os interesses do Município.-----

----Quatro – A atenção que dedicamos à manutenção do património e à procura de instalações para receber e alojar empresas e empresários que, fruto do desenvolvimento sustentado, procurem a cidade para aqui desenvolverem as suas actividades. -----

----Cinco – A falta de resposta no centro da cidade de instalações ao nível cultural, de lazer, tempos livres e Business, nas diversas vertentes, centrais e capazes do aproveitamento de sinergias. -----

----Leva-nos a solicitar a V. Ex.^a a aprovação da viabilidade para a criação, desenvolvimento e instalação do **CHOUPAL BUSINESS CENTRE SANTARÉM – Um centro de serviços para servir a cidade** o qual consubstancia no seguinte: -----

a) Construção dum equipamento na zona assinalada na planta junta, situada no Largo do Comendador Paulino da Cunha e Silva em Santarém. -----

---- b) O equipamento em questão seria dotado de espaços para actividades: -----

---- b.um) Acima do solo (até seis pisos)-----

---- ➤ Culturais -----

---- ➤ Lazer -----

---- ➤ Tempos livres -----

---- ➤ Comercial-----

---- ➤ Business Centre-----

---- ➤ Ensino e actividade lúdicas -----

---- ➤ Artes entre outras-----

---- b.dois) No subsolo (até quatro pisos) -----

---- ➤ Estacionamentos-----

---- c) a dotação de estacionamento no local, aumenta consideravelmente tendo em conta a substituição dos existentes à superfície, e cumprindo as exigências do Plano Director Municipal na dotação do edifício de aparcamentos em número adequado.-----

---- d) por permuta, disponibiliza-se, em área coberta o número de estacionamentos existentes à superfície. -----

--- e) proporcionará à cidade estacionamento centralizado e coberto, fora da zona histórica, evitando os problemas decorrentes de escavações na referida zona. -----

--- f) oferta de estacionamento, libertando a cidade do tráfego intenso e dos inconvenientes que resultam deste tráfego, tanto a nível da segurança dos cidadãos como do ambiente. -----

--- g) oferta de soluções de instalação a empresários que pretendam instalar-se no centro da cidade, resolvendo o déficit da procura/oferta de instalações com as características referidas em b). -----

--- h) soluções para dar resposta a solicitações no campo cultural, de lazer, tempos livres e actividades lúdicas, em zona central de fácil acesso e sem perturbar o trânsito da cidade. -----

--- i) facilitação de acessos, contando sete entradas/saídas da cidade sendo uma delas muito próxima da Estrada Nacional número três, para os cidadãos originários de regiões exteriores dada a localização do **CHOUPAL BUSINESS CENTRE**. -----

--- j) dotar a cidade de Santarém duma infra-estrutura fundamental ao seu desenvolvimento, como cidade e apostada no Turismo e no Desenvolvimento Económico. -----

--- k) a localização do **CHOUPAL BUSINESS CENTRE** possibilitará o acesso à cidade e, nomeadamente, ao seu centro histórico, por via pedonal.” -----

--- l) a redução de veículos automóveis nas ruas da cidade provocará maior bem estar para a população residente e para os turistas e visitantes, tornando a cidade mais acolhedora e com melhores condições ambientais, correspondendo afirmativamente às políticas nacionais e comunitárias para as cidade sem automóveis.” -----

--- Na sequência deste pedido, o **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, através da informação número trezentos e quatro, de vinte e oito de Julho último, deu o seguinte parecer: -----

--- “Importa avaliar, junto do serviço de Notariado, se se trata de um espaço afecto ao domínio público da Câmara Municipal. -----

----Caso se trate de um espaço afecto ao domínio público, sugere-se a desafecção do mesmo através de edital, caso seja essa a vontade da edilidade. -----

----Em termos estritamente jurídicos, não vemos qualquer inconveniente, dado que o promotor dispõe que: “por permuta, disponibiliza-se, em área coberta o número de estacionamentos existentes à superfície.” -----

----O **Departamento de Obras Municipais**, no mesmo dia, emitiu, também, o seguinte parecer:-----

----“Sob o ponto de vista do trânsito e mais concretamente em matéria de circulação e estacionamento, considera-se que um empreendimento desta natureza, nas condições apresentadas será vantajoso na medida em que, situando-se na periferia do núcleo histórico da cidade, contribuirá para a descentralização ao nível da oferta de serviços com conseqüente diminuição de tráfego naquela zona, além de que contribuirá também para o aumento efectivo de espaços de estacionamento público.” -----

----Após alguma troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar o seu acolhimento de princípio, solicitando elementos mais detalhados, por forma a permitir a necessária apreciação técnica e conseqüente deliberação definitiva.-----

----Mais foi deliberado, remeter o processo ao Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, Departamento de Obras Municipais e Gabinete de Assuntos Jurídicos, a fim de efectuarem uma avaliação exaustiva do pretendido, devendo, ainda, solicitar-se parecer à Polícia de Segurança Pública, Comissão Consultiva de Trânsito, Associação Comercial de Santarém e ao NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----

----O senhor Presidente não participou na votação deste assunto, em virtude de ser o Presidente da Assembleia Geral da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SANTARÉM/PLANO**

ESTRATÉGICO CONCELHIO – Na sequência da proposta, apresentada pelo senhor

Vereador Vicente Batalha, na reunião camarária de oito de Junho último, o Director do **Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano** prestou a informação número

vinte e oito, de um de Agosto findo, do seguinte teor: -----

--- “Relativamente ao assunto em epígrafe e, em conformidade com o solicitado pelo senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária, cumpre-nos informar o seguinte:---

--- Um – No que concerne ao “Balanço” do cumprimento do Plano Estratégico da Cidade de Santarém foi feita uma análise da execução dos diversos projectos por áreas de intervenção, que junto se anexa;-----

--- Dois – No atinente a este segundo ponto, existem diversos documentos que passamos a enumerar: -----

--- ➤ Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo;-----

--- ➤ Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (dois mil – dois mil e dez); -----

--- Valtejo (Comissão de Coordenação da Região – Ribeira e Caneiras).” -----

--- Após breve troca de impressões, a Câmara, tomando conhecimento das informações oriundas dos serviços autárquicos, deliberou, por unanimidade, prosseguir, através do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano, as diligências necessárias à elaboração do Plano Estratégico Concelhio.-----

--- **REMODELAÇÃO DA CASA DA PORTAGEM** – Pelo **Gabinete Técnico Local**

da Ribeira de Santarém e Alfange foi presente a informação número cento e trinta e três, de vinte e três do mês findo, do seguinte teor: -----

--- Na sequência da informação número setenta e dois/dois mil, de vinte e seis de Abril (Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange), na qual se sugeria a apreciação do projecto por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico e REFER-EPL - Rede Ferroviária Nacional - Empresa Pública, e tendo em atenção que o Instituto Português do Património Arquitectónico despachou favoravelmente a pretensão,

vimos submeter à consideração de V. Ex.^a o referido projecto, pese embora o facto da REFER-EPL - Rede Ferroviária Nacional - Empresa Pública ainda não se ter pronunciado relativamente ao assunto em epígrafe. -----

----Nos termos do número cinco do artigo trinta e cinco do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco/noventa e um, de vinte de Novembro, “*As entidades consultadas nos termos do número um, devem pronunciar-se (...) e no prazo de quinze dias a contar da data da recepção dos elementos solicitados nos termos do número dois*”. -----

----Nos termos do número sete do mesmo artigo, “*A não recepção do parecer das entidades consultadas dentro do prazo fixado no número cinco entende-se como parecer favorável.*” -----

----Assim, e tendo em atenção o preceito legal supra citado, requer-se a V. Ex.^a o prosseguimento do processo.” -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de remodelação da Casa da Portagem, ratificando o despacho do senhor Presidente de vinte e cinco de Agosto findo.

----Deliberou ainda, autorizar a respectiva abertura de concurso. -----

----Mais foi deliberado, proceder à remessa do processo, agora aprovado, ao Instituto Nacional de Habitação, para efeitos do estabelecido no respectivo protocolo.-----

----**FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA – RESTAURANTE REPRESENTANTE DO CONCELHO** – Pela senhora Vereadora Graça Morgadinho foi presente a informação número quatrocentos e catorze/dois mil, de dezassete do mês findo, propondo que seja o restaurante “Páteo do Alcaide”, de Vale de Figueira, sob a responsabilidade do senhor Vítor Pereira, a representar o concelho de Santarém no Festival Nacional de Gastronomia. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Graça Morgadinho. -----

----**JUNTA DE FREGUESIA DA GANÇARIA - PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE FOTOCOPIADORA** – Foi presente o ofício número quinhentos e

vinte e um/dois mil, de cinco do corrente mês, solicitando a atribuição de um subsídio referente à aquisição de uma fotocopiadora, cujo custo importou em trezentos e cinquenta mil escudos, com IVA incluído.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia da Gançaria um subsídio no montante de duzentos e quarenta e cinco mil escudos, correspondente a setenta por cento do custo da referida fotocopiadora, em consonância com o deliberado em reunião de Câmara de vinte e nove de Abril de mil novecentos e noventa e seis, para casos idênticos. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO POMBALINHO - UM - PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE REPARAÇÃO NO EDIFÍCIO SEDE**

– Foi presente o ofício número cento e onze, de dezoito de Julho último, da **Junta de Freguesia** em epígrafe solicitando apoio para fazer face às despesas que teve que suportar depois do assalto à sua sede efectuado na noite de dezassete para dezoito de Maio, designadamente: -----

--- - Reparação/pintura de portas, janelas e substituição de fechaduras – duzentos e oitenta mil escudos; -----

--- - Colocação de um alarme, contrato com a empresa de segurança privada - duzentos e sessenta e dois mil e oitenta escudos;-----

--- - Seguro do edifício Sede - cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e três escudos.

--- O **Adjunto do senhor Presidente** informou que “Situações idênticas no concelho, não foram comparticipadas.-----

--- Será razoável, a título excepcional, a comparticipação nas despesas com a reparação do edifício (duzentos e oitenta mil escudos).”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia de Pombalinho um subsídio no montante de duzentos e oitenta mil escudos, para reparação do edifício sede da Junta.-----

--- **DOIS – PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO PROCESSO RELACIONADO COM A DELIMITAÇÃO DA FREGUESIA** – Foi presente o ofício número cento e

dez, de dezoito de Julho último, da Junta de Freguesia do Pombalinho solicitando a atribuição de um subsídio no âmbito do processo em epígrafe, que ascendeu a mais de cem mil escudos. -----

----O **Adjunto do senhor Presidente** emitiu parecer favorável, dado tratar-se de uma situação excepcional. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Junta de Freguesia do Pombalinho um subsídio no montante de cem mil escudos. -----

----**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFISSIONAIS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Foi presente o ofício número mil duzentos e sessenta/DN-P-CM Santarém, de vinte de Julho último, da Associação em epígrafe, solicitando um subsídio destinado a apoiar a construção do “Lar/Casa de Repouso para os Bombeiros Idosos”. -----

----A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Botas Castanho, deliberou, por unanimidade, atribuir à Associação Nacional de Bombeiros Profissionais um subsídio no montante de duzentos mil escudos, para apoio à construção do “Lar/Casa de Repouso para os Bombeiros Idosos”. -----

----**PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE FUNERAL (JERÓNIMA VARELA FREIXO)** – Pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número trezentos e quarenta e dois/dois mil, de doze de Julho último, do seguinte teor:---
----“Jerónima Varela Freixo, residente na Rua General Humberto Delgado, cinquenta e nove – rés-do-chão, Santarém, vem solicitar a atribuição de um subsídio para pagar despesas de funeral de um filho. -----

----Segundo informa o filho Ivo Manuel Varela Pires encontrava-se em tratamento psiquiátrico na Clínica João de Deus no Telhal, quando ocorreu o falecimento. -----

----Refere que tem uma dívida de duzentos e setenta e oito mil escudos, não reunindo condições económicas para processar o seu pagamento. -----

--- O Agregado Familiar é constituído pelo casal e um filho maior. A requerente recebe uma reforma de trinta e quatro mil escudos, o marido é servente de pedreiro, recebe setenta e dois mil e quinhentos escudos e o filho tem trabalho irregular como servente de pedreiro. Vivem numa casa arrendada por quarenta e cinco mil escudos, encontrando-se com dois meses de renda em dívida. -----

--- Em contacto com os Serviços da Segurança Social, confirmei que o Ivo recebia Pensão Social, regime não contributivo, que não prevê poder usufruir de subsídio de funeral. O Departamento de Acção Social atribuiu um subsídio eventual de trinta mil escudos. -----

--- Face ao exposto, coloco à consideração de V. Ex.^a a atribuição de subsídio no montante a designar ou expor a situação ao senhor Director do Serviço Sub-Regional da Segurança Social, no sentido de se pronunciar sobre a viabilidade de ajudar (para além dos trinta mil escudos já atribuídos), esta família a pagar a dívida acima mencionada.” ---

--- Contactado o **Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo – Serviço Sub-Regional de Santarém**, sobre a viabilidade de atribuição de subsídio, este informou: “(...) Assim, ponderada a realidade sócio-económica da família, as despesas realizadas e ainda a verba afecta a esta área para apoio a indivíduos e famílias em situação de carência, a ajuda prestada situa-se em sessenta mil escudos, repartidos em duas fracções de trinta mil escudos cada. (...)” -----

--- A senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs que a Câmara participe com sessenta mil escudos nas despesas de funeral, dadas as condições adversas relatadas. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, atribuindo, para o efeito, à senhora Jerónima Varela Freixo, um subsídio no montante de sessenta mil escudos. -----

--- **INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO AO MELHOR ALUNO** – Foi presente uma carta do Presidente do Instituto em epígrafe, informando que a sessão solene de Abertura do Ano Lectivo dois mil/dois mil e um daquele instituto se realizará no próximo dia dezassete de Outubro. Refere, também,

que serão entregues os diplomas e prémios aos melhores alunos das Escolas daquele Instituto e solicita a atribuição do prémio “Câmara Municipal de Santarém”, no montante de cento e vinte mil escudos, ao melhor aluno da Escola Superior de Educação. -----

---- Pelos senhores Vereadores Fé de Pinho e Vicente Batalha foram colocadas algumas questões, designadamente, se se trata da atribuição de uma bolsa, se há regulamento para o efeito, se é um prémio só da Câmara ou se é partilhado.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o prémio de cento e vinte contos ao melhor aluno da Escola Superior de Educação daquele Instituto, conforme solicitado, devendo a senhora Vereadora da Educação contactar o referido Instituto no sentido de esclarecer as questões formuladas pelo Executivo Municipal. -----

---- **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA “O CRUZ DE CRISTO ATLÉTICO CLUBE”** –

PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA APOIO ÀS MARCHAS POPULARES – Pelo Chefe de Divisão de Cultura e Turismo, Dr. Nelson Ferrão, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quatrocentos e vinte e três/dois mil, de vinte e quatro do mês findo, do seguinte teor: -----

---- “A Associação Desportiva “O Cruz de Cristo Atlético Clube” organizou no passado dia dezoito de Junho, Marchas Populares, que contou com a presença da Marcha do Alto do Pina.-----

---- Para o efeito, a Associação solicitou o apoio da autarquia para a realização do evento tendo realizado uma reunião com a senhora Vereadora da Cultura em que ficou definido o seguinte apoio a prestar, mediante a apresentação das respectivas facturas: -----

---- Um – Custo da refeição para setenta pessoas -----

---- Dois – Custo de transporte para setenta pessoas -----

---- Três – Custo do transporte dos arcos -----

---- Os itens acima referenciados totalizam a importância de trezentos e dezassete mil seiscentos e sessenta escudos, conforme quadro abaixo:” -----

Designação	Custo
70 refeições na Estação Zootécnica Nacional (70x2 071\$00)	145 000\$00

Aluguer de 2 autocarros para transporte de 70 pessoas	116 500\$00
Aluguer de viatura para transporte dos arcos	56 160\$00
TOTAL	317 660\$00

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de trezentos e dezassete mil seiscentos e sessenta escudos à Associação Desportiva “O Cruz de Cristo Atlético Clube”. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **GRUPO ACADÉMICO DE DANÇAS RIBATEJANAS – FESTIVAL INTERNACIONAL CELESTINO GRAÇA – PEDIDO DE APOIO** – Pelo Chefe de Divisão de Cultura e Turismo, Dr. Humberto Nelson Ferrão, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quatrocentos e vinte e quatro/dois mil, de vinte e quatro do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “O Grupo Académico de Danças Ribatejanas realiza mais uma edição do Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça” – dois mil, entre os dias seis a doze de Setembro próximo futuro. -----

--- Para este ano, o Festival conta com a participação dos habituais cinco Países estrangeiros – Bielo – Rússia, Brasil, Espanha, Itália e Polónia – e doze grupos nacionais, de várias regiões. -----

--- Esta associação solicitou apoio à Câmara Municipal de Santarém para a realização deste Festival, e tal como em anos anteriores, esta autarquia tem correspondido com a concessão de apoios substanciais que, grossomodo, pretendem viabilizar a estrada dos grupos estrangeiros e dos grupos portugueses na cidade e no país, no que respeita ao alojamento e alimentação. -----

--- Ora, este Festival, mais recentemente, continua a manter um modelo baseado na participação de cinco grupos estrangeiros durante sete dias, para além dos grupos portugueses. -----

----Tendo em atenção que estes Serviços têm proposto o apoio aos Festivais de Folclore para minimizar os custos com o alojamento e a alimentação de quem nos visita e após troca de impressões com o senhor Presidente, propõe-se a concessão de uma verba de dois milhões setecentos e cinquenta mil escudos, destinada àquele fim, cumprindo-se assim a totalidade do apoio financeiro da autarquia ao Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça” de Santarém/dois mil.” -----

----A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir ao Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça” de Santarém, um subsídio no montante de dois milhões setecentos e cinquenta mil escudos.-

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

----**SERVIÇO DE TURNOS DAS FARMÁCIAS PARA O ANO DOIS MIL E UM** –

Foi presente o ofício número sete mil quinhentos e catorze, de quatro do corrente mês, da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo – Sub-Região de Santarém, remetendo para aprovação do Executivo Municipal as escalas de “Serviço de Turnos” das farmácias deste concelho, para o ano dois mil e um. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

----**MERCADO DIÁRIO – TRESPASSE DE LOJA** – Na sequência de um pedido da

senhora Estrela dos Santos Fernandes Lázaro, para isenção do pagamento das cem mensalidades a que estão obrigados os novos proprietários aquando da aquisição de lojas no Mercado Municipal de Santarém, a **Repartição de Receitas e Contencioso** prestou a informação número quarenta e seis, de vinte e oito de Agosto último, do seguinte teor: ---

----“Um - conforme se encontra deliberado, quanto ao trespasse das lojas do Mercado Diário, o novo proprietário deverá pagar à Câmara Municipal, o valor correspondente a cem mensalidades do montante da renda mensal em vigor; -----

--- Dois – No entanto, face ao exposto pela senhora Estrela dos Santos Fernandes Lázaro e tendo em conta que a Câmara Municipal, deseja dinamizar aquele espaço, apostando na diversificação das actividades a desenvolver, penso que este Atelier de pintura irá ao encontro dos interesses da Autarquia, começando a diversificação com um espaço que tem uma componente cultural e que certamente irá permitir que outras actividades ali possam vir a instalar-se e a desenvolver-se. -----

--- Três – Assim, coloca-se à consideração de V. Ex.^a, o assunto, para posterior resolução, que passará se a Câmara Municipal de Santarém assim o entender, pelo não pagamento das cem mensalidades referidas, a título experimental e de incentivo a esta e outras actividades.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Hermínio Martinho, deliberou, por unanimidade, isentar, a título experimental e de incentivo a esta e outras actividades, a senhora Estrela dos Santos Fernandes Lázaro do pagamento das cem mensalidades, referentes à aquisição da loja número trinta e sete do Mercado Municipal. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **ILUMINAÇÃO PÚBLICA** - A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir perante a EDP - Distribuição Energia, S.A. – Área de Rede Vale do Tejo o seguinte encargo e passar a respectiva requisição.-----

* * Colocação de Iluminação Pública em vários lugares da freguesia da Gançaria – quinhentos e nove mil duzentos e noventa escudos, acrescido de IVA.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO – PEDIDOS DE PARECER** – Um - Foi presente um ofício do Instituto em epígrafe, solicitando parecer, nos termos da alínea a) do artigo sete do Decreto-Lei número cento e oitenta e nove/noventa e seis, de oito de Outubro, sobre o projecto de candidatura aos apoios previstos no programa das iniciativas locais de emprego, apresentado por Rosinda da Silva Vieira Bailão. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura em apreço.-----

---- **Dois** - Foi presente um ofício do Instituto em epígrafe, solicitando parecer, nos termos da alínea a) do artigo sete do Decreto-Lei número cento e oitenta e nove/noventa e seis, de oito de Outubro, sobre o projecto de candidatura aos apoios previstos no programa das iniciativas locais de emprego, apresentado por Lino Manuel Martins Rua. -

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura em apreço.-----

---- **Três** - Foi presente um ofício do Instituto em epígrafe, solicitando parecer, nos termos da Portaria número quatrocentos e setenta e seis/noventa e quatro, de um de Julho, sobre o projecto de candidatura aos apoios previstos no programa de criação do próprio emprego, apresentado por António João Dias Ferreira.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura em apreço.-----

---- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

---- **OBRAS DE BENEFICIAÇÃO EM HABITAÇÃO PRÓPRIA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.ª Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número trezentos e noventa e um, de dois de Agosto findo, do seguinte teor:-----

---- “Victor Manuel Paulino de Jesus, solteiro, natural de Santarém (Marvila), nascido a quinze de Junho de mil novecentos e sessenta e três, funcionário desta Câmara Municipal a desempenhar funções de telefonista nos Serviços de Higiene e Limpeza, auferir de remuneração base setenta e nove mil e oitocentos escudos, vem solicitar a atribuição de subsídio para proceder a obras de beneficiação da cobertura e pintura da casa que habita na Rua do Bairro do Outeirinho, número treze – São Pedro.-----

---- O Agregado Familiar residente é constituído por:-----

---- Um – O requerente;-----

--- Dois – Maria da Conceição Paulino Jesus, viúva, natural de Santarém (Várzea), nascida em mil novecentos e trinta e oito, reformada (vinte e oito mil e seiscentos escudos mensais) – Mãe; -----

--- Três – Pedro Miguel Paulino de Jesus, solteiro, natural de Santarém, nascido a quatro de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, tipógrafo de profissão a auferir noventa mil escudos mensais – Irmão;-----

--- Quatro – Nuno Miguel Paulino de Jesus, solteiro, natural de Santarém, tipógrafo de profissão a receber cerca de setenta mil escudos mensais – Irmão;-----

--- O requerente apresenta um orçamento no valor de um milhão e quinhentos mil escudos, correspondendo setecentos mil escudos aos trabalhos de picar, rebocar e pintar paredes e oitocentos mil escudos para reparação da cobertura. -----

--- O processo não pode ser sujeito a encaminhamento para a candidatura ao Programa SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, dado que os rendimentos do Agregado Familiar ultrapassam os montantes definidos no Decreto-Lei número sete/noventa e nove de oito de Janeiro (cria o regime de concessão de apoio financeiro especial para realização de obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados).” -----

--- A senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs a atribuição de duzentos e cinquenta mil escudos como apoio à recuperação. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **CANDIDATURA NO ÂMBITO DO PROGRAMA RECRIA - REGIME ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS** – Foi presente o seguinte pedido:-----

----De **Wanda Semedo Silva Barroso**, solicitando comparticipação em obras a levar a efeito no seu imóvel sito na Travessa da Hera, número três, freguesia de Marvila, desta Cidade, ao abrigo do artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro. -----

----Na sequência deste pedido a **Divisão dos Núcleos Históricos** prestou a informação número duzentos e trinta, de dez de Agosto findo, do seguinte teor: -----

----“Com base no solicitado, foi analisada a candidatura ao abrigo do Artigo segundo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e dois, de vinte e dois de Setembro. Tendo em conta o orçamento apresentado pela requerente, incluindo o IVA à taxa de cinco por cento, e as respectivas rendas, as comparticipações provisionais, por parte desta Autarquia e do IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, são as indicadas no quadro abaixo. -----

Valor da obra a realizar	1.075.579\$00
Comparticipação da CMS	83.678\$00
Comparticipação do IGAPHE	125.517\$00
Comparticipação Total	209.195\$00

----Tendo sido realizada vistoria ao edifício, verificou-se que a zona da cobertura revestida por chapa metálica se encontra bastante danificada e que, na sua vizinhança, há carência de algerozes, não permitindo um escoamento eficaz das águas pluviais. A fachada da Travessa da Hera encontra-se degradada, essencialmente, ao nível do revestimento das paredes e das carpintarias presentes nas portas e janelas. A fachada do pátio interior encontra-se igualmente degradada e com caixilharia metálica não adequada à tipologia do edifício. -----

----A proposta de intervenção consiste na substituição da chapa metálica por telha cerâmica igual à existente no resto do edifício, na criação de um sistema de drenagem de águas pluviais eficaz, nas imediações da cobertura substituída, bem como na reparação e beneficiação das fachadas, em termos de revestimento de paredes, serralharias e cantarias, com substituição de caixilharia de madeira degradada, por outra idêntica em

alumínio e com colocação de forras em cantaria, para ocultação de cantarias existentes em avançado estado de degradação. -----

---O valor do orçamento apresentado por Júlio Silvestre Frade da Graça, anexo ao processo, pode ser considerado aceitável, tendo em conta a natureza e o volume dos trabalhos a efectuar.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, concordar com a comparticipação sugerida no montante de oitenta e três mil seiscentos e setenta e oito escudos, destinada à recuperação do referido imóvel, no âmbito do Programa RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA DE HABITAÇÃO EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** - De Ricardino Ferreira Gonçalves, solicitador, com escritório em Santarém, solicitando autorização para que LEONEL DA SILVA GOMES e mulher MARIA ELISABETE VITORINO RAMOS GOMES, procedam à venda, em regime de direito de superfície, da fracção “F”, correspondente a uma arrecadação na cave e da fracção “R”, correspondente ao terceiro andar, esquerdo do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Lote onze, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Solicita ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca da referida fracção “R” a favor da Caixa Económica Montepio Geral, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada bem como noutras que venham a ocorrer.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação das fracções “F” e “R”, correspondentes a uma arrecadação na cave e ao terceiro andar, esquerdo, respectivamente, do prédio sito na Quinta do Mergulhão, Lote onze, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade. -----

----Deliberou ainda, certificar que se autoriza a constituição da hipoteca a favor da Caixa Económica Montepio Geral, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão.-----

----Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

----**VISTORIAS** - Foram presentes os seguintes pedidos: -----

----**Um** – De **António Manuel Feliciano Cupertino**, residente na Praceta Jaime Cortesão, número quatro, segundo andar esquerdo, na freguesia de Marvila, desta Cidade, solicitando vistoria à sua habitação em virtude de se verificarem de infiltrações na marquise, paredes da sala e quarto e o soalho se encontrar em deterioração. -----

----A **Comissão de vistoria** concluiu: -----

----“Em vistoria efectuada ao local acima mencionado, verificou esta Comissão que na zona da marquise, a mesma apresenta a caixilharia dos vãos de janela bastante deteriorada, com os envidraçados partidos, o que origina infiltrações das águas pluviais neste espaço.-----

----Também as paredes da sala e de um dos quartos, apresentam sinais de infiltrações na forma de manchas e bolores. -----

----Entende esta Comissão que deverá proceder-se à correcção das anomalias anteriormente descritas, através da substituição da caixilharia dos envidraçados, assim como através da limpeza das caleiras e algerozes do edifício.” -----

----A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário para proceder às intervenções preconizadas no auto de vistoria. -----

----**Dois** – De **Edviges Augusta Carvalho**, residente na Travessa Gaspar de Freitas, número quatro, rés-do-chão, na freguesia de Marvila, desta Cidade, solicitando vistoria à sua habitação em virtude de se verificarem de infiltrações de água provenientes do andar

superior.-----

--- A **Comissão de vistoria** concluiu:-----

---“Verifica-se que os tectos interiores do fogo habitacional encontram-se bastante degradados, devido a infiltrações de águas que ocorrem na habitação do piso superior (não foi possível o acesso ao mesmo), infiltrando-se posteriormente no piso vistoriado. --

--- Estas infiltrações são provenientes do deficiente estado de conservação da cobertura.

--- O estuque de alguns tectos e paredes apresenta um acentuado grau de degradação, tendo mesmo parte dele caído.-----

--- O acesso das águas pluviais ao interior da habitação, juntamente com o facto da instalação eléctrica se apresentar obsoleta, poderá provocar um incêndio de consequências imprevisíveis. -----

--- Face ao exposto, entende esta Comissão que deverá ser intimado o proprietário, para proceder a obras de reparação da cobertura, de modo a repor as condições de habitabilidade.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário para proceder a obras de reparação da cobertura, de modo a repor as condições de habitabilidade, conforme preconizado no auto de vistoria. -

-----**Três – De Maria Ermelinda Monteiro Baldeante Costa, Administradora do Condomínio do prédio com o número quatro da Rua Bombeiros da Praça Velha,** solicitando vistoria ao referido prédio em virtude de se verificarem inundações no rés-do-chão direito, pertencente ao senhor José Pinheiro.-----

--- A **Comissão de vistoria** concluiu:-----

---“Na sequência das anomalias descritas pela administradora do condomínio, e às quais os moradores da fracção em causa acrescentam “mau cheiro frequentemente”, julga esta Comissão de vistorias, que deverá ser verificado o funcionamento do colector camarário existente no local, pelos serviços de saneamento da Câmara Municipal; e, importa referir que administradora informou que a situação descrita não é recente e que os serviços da Câmara procederam a uma limpeza há cerca de seis/sete meses; -----

----Julga-se ainda que deverão os moradores da fracção proceder a uma limpeza das condutas de escoamento das águas do lava-louça, (com produtos próprios para o efeito, existentes no mercado), no sentido de anular eventuais obstruções e garantir o seu bom funcionamento.” -----

----A senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs que se solicite a intervenção do Departamento de Obras Municipais e que se informe o Administrador do condomínio do teor do auto de vistoria. -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

----**Quatro** – De **Irene Augusta Cardoso**, residente na Rua João Afonso, número trinta e oito, segundo andar esquerdo, na freguesia de São Nicolau, desta Cidade, solicitando vistoria à sua habitação em virtude de se verificar degradação do telhado, chovendo em várias dependências da casa. -----

----A **Comissão de vistoria** concluiu: -----

----“Na vistoria efectuada ao local acima mencionado, verificou esta Comissão de vistorias que a cobertura do edifício se encontra em muito mau estado de conservação permitindo o acesso das águas pluviais ao interior da habitação, o que provoca o apodrecimento dos forros em madeira dos tectos interiores.-----

----Esta situação de habitabilidade deficiente do espaço, tenderá a agravar-se com a próxima época de chuvas, pelo que entende esta Comissão, que deverá proceder-se a obras de beneficiação da cobertura.”-----

----A senhora **Vereadora Dunia Palma** propôs que se notifique a “proprietária do imóvel para que proceda à rápida intervenção na cobertura do imóvel, tal como reconhecido pela Comissão de vistorias.” -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **TRÂNSITO – UM** – **Sinalização de trânsito na Estrada Municipal número quinhentos e sessenta e sete e Estrada Municipal número quinhentos e sessenta e sete–dois** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número cento e sessenta e oito/dois mil – TR, de vinte e um de Agosto findo, do seguinte teor:-----

---“Tendo em vista a melhoria da segurança rodoviária nas estradas em epígrafe, em face dos recentes trabalhos de pavimentação que propiciarão à oferta de melhores níveis de serviço, e conseqüentemente, prática de maiores velocidades, elaborou-se um projecto de sinalização do trânsito, com base no Decreto-Lei número vinte e dois – A/noventa e oito, de um de Outubro, o qual carece da necessária aprovação.”-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto na informação atrás transcrita.-----

---Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **DOIS** – **Sinalização do trânsito na freguesia de Abrã** – Na sequência de um ofício da Junta de Freguesia de Abrã, solicitando a colocação de várias placas de indicação em diversos locais da freguesia, foi presente a informação número cento e setenta e seis/dois mil – TR, de vinte e nove de Agosto último, do **Departamento de Obras Municipais**, do seguinte teor:-----

---“Na sequência de vários contactos mantidos com a Junta de Freguesia em epígrafe somos a apresentar uma proposta de sinalização para a área daquela autarquia, após aprovação em Assembleia de Freguesia.-----

---Esta proposta visa a aprovação de sinais de código, já existentes nos locais assinalados, nas plantas em anexo, além de novos sinais que se consideram justificáveis no intuito da definição de prioridades.-----

---É de salientar a proibição de um dos sentidos de circulação na Rua das Hortas, em Abrã, conforme solicitado pela Junta de Freguesia.-----

--- Para os sinais em falta estima-se o valor de cem mil escudos.-----

----Propõe-se ainda o fornecimento de sinalização de direcção, de acordo com os esquemas que se juntam, tendo sido solicitado orçamento à firma **LANIS, Limitada** o qual aponta para o valor de cento e dois mil e seiscentos escudos mais IVA.” -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----**TRÊS** – **Sinalização do trânsito em Azoia de Baixo** – Na sequência dum pedido de cinco sinais de STOP e de três sinais de limite de velocidade, da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, o **Departamento de Obras Municipais** prestou a informação número cento e setenta e oito, de trinta de Agosto findo, do seguinte teor: -----

----“Após contacto da Junta de Freguesia e de acordo com a visita ao local, cumpre-nos informar o seguinte. -----

----Entende-se haver justificação para a substituição de alguns sinais degradados: -----

----Três sinais de paragem obrigatória (STOP); -----

----Um sinal de passagem estreita; -----

----Cinco sinais de limite máximo de velocidade de quarenta quilómetros por hora. -----

----Por solicitação do senhor Presidente da Junta que também se entende justificada, propõe-se a implementação de novos sinais, de acordo com as plantas em anexo. -----

----Importa referir que se estima o valor de aquisição do material em causa em cento e quinze mil escudos mais IVA.” -----

----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o sugerido na informação atrás transcrita. -----

----Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

----**QUATRO** – **Colocação de sinal de estacionamento proibido na Estrada Nacional número trezentos e sessenta e dois** – Na sequência de um pedido de **Maria Natália Bacalhau Duarte** para colocação de um sinal de estacionamento proibido na Estrada

Nacional número trezentos e sessenta e dois, o **Departamento de Obras Municipais** prestou a seguinte informação, datada de trinta do mês findo: -----

---“Após visita ao local, não se vê inconveniente na colocação de um sinal de estacionamento proibido, de acordo com o esquema da planta em anexo, uma vez que se considera que, de facto, os veículos ali estacionados provocam uma diminuição do espaço disponível para a circulação simultânea em ambos os sentidos, em condições de segurança, particularmente, no caso de veículos pesados.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação atrás transcrita, autorizando a colocação do referido sinal de estacionamento proibido. ---

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

--- **TOPONÍMIA** – Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, datada de onze do corrente mês:-----

---“Tratando-se de competência do Executivo Municipal, cabe-me propor aos exm.^{os} senhores Vereadores que apreciem a possibilidade de atribuição da denominação “Rua da Imaculada Conceição”, à artéria assinalada graficamente, em anexo, e conforme pedido/proposta veiculada, informalmente, pelas Irmãs Clarissas que ali se encontram instaladas (Mosteiro da Imaculada Conceição).”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente, atribuindo a denominação de “Rua da Imaculada Conceição” à artéria assinalada graficamente, conforme planta de localização que fica anexa à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Mais foi deliberado, aprovar este assunto em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho.-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

---- Informação número treze, de dezasseis do mês findo, do **Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial"**, apresentando relatório de acompanhamento arqueológico de obras no Centro Histórico de Santarém que decorreram entre Maio e Dezembro do ano findo. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Informações números quatrocentos e nove e quatrocentos e trinta e três, de dezassete do mês findo e quatro do corrente, respectivamente, do **Director do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, dando conhecimento dos dados estatísticos referentes aos visitantes no Posto de Turismo, relativas aos meses de Julho e Agosto. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Relatório do **Gabinete de Protecção Civil** relativo a incêndios florestais ocorridos no Concelho entre oito e dez do mês findo. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Informação número cento e trinta e sete, de vinte e nove do mês findo, do **Coordenador Municipal de Protecção Civil** sobre segurança na Ponte Salgueiro Maia. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Carta de **Filipe Franco Frazão** agradecendo a forma como a Câmara se disponibilizou para colaborar na Festa Olá, realizada na Casa do Campino. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Carta do Dr. **Luís Madeira Lopes**, advogado, agradecendo a prestimosa intervenção do CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor – Santarém, relativamente a um problema surgido com a Telepac/Telecom. -----

---- Tomado conhecimento. -----

---- Informação número trinta e quatro, de vinte e um do mês findo, do **CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor – Santarém**, remetendo balanço referente ao primeiro semestre de dois mil. -----

---- Tomado conhecimento. -----

--- **CIAC - Centro de Informação Autárquico ao Consumidor** – Estatística do mês de Agosto de dois mil.-----

--- Tomado conhecimento.-----

--- Circular número trezentos e vinte e cinco, de vinte e oito de Julho último, da **Assembleia Distrital de Lisboa**, dando conhecimento da realização, no próximo dia nove de Novembro, do Encontro Nacional, “Distritos dois mil – Pensar o amanhã”. -----

--- Tomado conhecimento.-----

--- Carta do **Presidente dos Conselhos de Administração do IEP - Instituto das Estradas de Portugal, ICOR - Instituto para a Construção Rodoviária e ICERR - Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Viária**, informando que vai cessar as suas funções e agradecendo toda a atenção que lhe foi dispensada.-----

--- Tomado conhecimento.-----

--- Ofício da **Associação de Municípios da Lezíria do Tejo**, remetendo documento sobre “Gabinetes de Apoio Técnico da Região de Lisboa e Vale do Tejo – situação e proposta de reestruturação”.-----

--- Tomado conhecimento.-----

--- Visto do **Tribunal de Contas** respeitante a empréstimos destinados ao Plano Geral de recuperação da rede viária. -----

--- Tomado conhecimento.-----

----- **INFORMACÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----

----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia dois de Setembro – Visitou as Caneiras (freguesia de Marvila), tendo

acompanhado as diferentes iniciativas integradas nas festas populares que ali decorreram.

----**TRÊS** – Recebeu o Vereador do Pelouro da Cultura da Marinha Grande e o Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria. -----

----**QUATRO** – Visitou a freguesia de São Vicente do Paul e acompanhou os respectivos festejos anuais. -----

----**CINCO** – Reuniu-se com o Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial". -----

----**SEIS** – Dia quatro de Setembro – Assistiu ao campeonato de acordeão, realizado nas Abitureiras, no âmbito das festas anuais consagradas à Imaculada Conceição. -----

----**SETE** – Visitou as obras em curso no Centro de Dia das Abitureiras. -----

----**OITO** – Dia cinco de Setembro – Presidiu a nova reunião do Conselho Cinegético Municipal. -----

----**NOVE** – Dia sete de Setembro – Participou na reunião preparatória das próximas sessões da Assembleia Municipal de Santarém. -----

----**DEZ** – Reuniu-se com o Director do Serviço Sub-Regional de Santarém do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----**ONZE** – Dia oito de Setembro – Reuniu-se, em Madrid, com a Presidente do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) de Espanha e a representante deste país no ICOMOS - Internacional. -----

----**DOZE** – Dia nove de Setembro – Visitou as obras em curso no Mosteiro da Imaculada Conceição/Irmãs Clarissas. -----

----**TREZE** – Assistiu aos espectáculos integrados no programa da quadragésima primeira edição do Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça”. -----

----**CATORZE** – Dia dez de Setembro – Presidiu à inauguração das instalações da empresa NIVELFLOR, em Santarém. -----

----**QUINZE** – Dia onze de Setembro – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

----**DEZASSEIS** – Recebeu o Presidente da Junta de Freguesia de Tremês. -----

--- **DEZASSETE** – Reuniu-se com o Director do Projecto Municipal "Santarém a Património Mundial". -----

--- **DEZOITO** – Recebeu a Direcção da Associação Comercial de Santarém. -----

--- **DEZANOVE** – Dia doze de Setembro – Reuniu-se com o Coordenador para Portugal, Magreb e Países de Língua Portuguesa do Fórum UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. -----

--- **VINTE** – Reuniu-se com os inspectores da Inspeção-Geral da Administração do Território, que se encontram na Câmara Municipal de Santarém, desde vinte e oito de Agosto próximo passado, a fim de concretizarem, no âmbito do seu plano de actividades, uma inspeção ordinária/sectorial à autarquia. -----

--- **VINTE E UM** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses. -----

--- **VINTE E DOIS** – Dia treze de Setembro – Recebeu o Juiz Presidente do Círculo Judicial de Santarém. -----

--- **VINTE E TRÊS** - Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----

--- **VINTE E TRÊS** – Convocou a próxima reunião camarária para o dia vinte e um de Setembro, com início às nove horas. -----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA – UM** – Dia três de Agosto – Reuniu-se com a Directora do Gabinete de Apoio Técnico e com Direcção do Centro de Dia de Abitueiras para, com a colaboração do Arquitecto Projectista, estudarem a possibilidade de concretizar os arranjos exteriores em falta de uma forma menos onerosa. -----

--- **DOIS** – Dia quatro de Agosto – Representou o senhor Presidente na cerimónia de Juramento de Bandeira na Escola Prática de Cavalaria. -----

--- **TRÊS** – Dia cinco de Agosto - Assistiu, parcialmente, aos Festivais de Folclore de Vale de Figueira e Alcanhões. -----

--- **QUATRO** – Dia sete de Agosto – Reuniu-se no Departamento de Obras Municipais para reformular algumas intervenções nas Escolas do primeiro ciclo e Jardins de

Infância.-----

----**CINCO** – Dia vinte e nove de Agosto – Reuniu-se com os intervenientes no projecto “Melhor Viver”.-----

----**SEIS** – Reuniu-se, no Centro de Emprego, com a Directora deste Centro e com elementos da Direcção do Centro de Dia das Abitueiras, com o objectivo de equacionar os apoios possíveis à formação e recrutamento de pessoal para este equipamento social. -

----**SETE** – Dia um de Setembro – Reuniu-se com o Engenheiro Pedro Guimarães, a quem foi concedida a exploração a tempo parcial da Escola Fixa de Trânsito. -----

----**OITO** – Dia dois de Setembro – Representou o senhor Presidente na inauguração das novas instalações da Associação GILGAL, que orienta a sua intervenção para a área de toxicodependência. -----

----**NOVE** – De quatro a sete de Setembro – Visitou todas as Escolas e Jardins de Infância do planalto com vista à breve abertura do ano lectivo.-----

----**DEZ** – Manteve uma reunião na Escola do Ensino Básico Um, de Amiais de Baixo, com a presença do Presidente da Junta e, além das professoras da Escola, também estavam presentes as Directoras das Escolas da Abrã, com o objectivo de clarificar a posição do Pelouro da Educação face à constituição do Agrupamento de Escolas do Ensino Básico Dois Três, de Alcanede.-----

----**ONZE** – Recebeu munícipes com processo de Habitação. -----

----**DOZE** – Recebeu o Presidente do Conselho Executivo da Escola do Ensino Básico Dois Três Dom João II. -----

----**TREZE** – Reuniu-se, no Centro de Saúde para avaliar o contributo da saúde na acção de formação para auxiliares de acção educativa, levada a cabo em Julho. Também foram equacionadas novas acções conjuntas. -----

----**CATORZE** – Manteve uma reunião com o senhor Arquitecto Martinho e com a Dr.^a Elisabete, sobre o projecto de Habitação Social. -----

----**QUINZE** – Dia oito de Setembro – Na Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, participou no colóquio sobre Educação de Adultos. -----

--- **DEZASSEIS** – Esteve presente no auditório do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas para assistir à exibição dos grupos convidados a participar no Festival Celestino Graça. -----

--- **DEZASSETE** – Dia onze de Setembro – Reuniu-se, no Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, com a Vereadora da Cultura, com o Director de Departamento e com o Chefe de Divisão, para avaliarem a possibilidade de candidatura a projecto de geminação, quer na área dos intercâmbios quer na implementação de acções de formação. -----

--- **DEZOITO** – Recebeu o Presidente da Junta da Gançaria. -----

--- **DEZANOVE** – Visitou as obras em curso no Cemitério dos Capuchos – instalação de nichos e adaptação da Morgue a Casa Mortuária. -----

--- **VINTE** – Presidiu a reunião ordinária do Conselho Local de Acção Social. -----

--- **SENHORA VEREADORA GRACA MORGADINHO** – **UM** – Dia oito de Setembro - Esteve, em representação do senhor Presidente, na recepção aos grupos folclóricos estrangeiros que participaram no Festival Internacional de Folclore de Santarém e que decorreu este ano, excepcionalmente, na Casa do Brasil. -----

--- **DOIS** – No mesmo dia, também em representação do senhor Presidente, esteve no jantar do Núcleo Sportinguista de Santarém, onde estiveram presentes alguns dirigentes daquele clube e alguns jogadores mais antigos. Este jantar tinha como finalidade comemorar a vitória do Sporting no Campeonato Nacional. -----

--- **TRÊS** – Esteve também presente no jantar do Torneio Internacional de Aerodelismo, que decorreu no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas sob a responsabilidade de Júlio Isidro, com quem teve oportunidade de trocar algumas impressões e de saudar a iniciativa de trazer para Santarém este Torneio. -----

--- **QUATRO** – Esteve presente na inauguração do Festival Internacional de Folclore de Santarém que, como habitualmente, manteve a sua excelente qualidade e foi um momento alto da vida cultural da cidade. -----

--- **CINCO** – Dia nove de Setembro – Esteve novamente presente no Festival

Internacional de Folclore.-----

----**SEIS** – Dia dez de Setembro – Esteve presente na missa realizada na Sé Patriarcal no âmbito do Festival Internacional de Folclore.-----

----**SETE** – Esteve presente no almoço oferecido pela Câmara Municipal a todos os grupos folclóricos participantes.-----

----**OITO** – À tarde esteve presente no mesmo Festival e participou na entrega de prémios do Torneio Internacional de Aerodelismo.-----

----**NOVE** – Dia onze de Setembro – Participou numa reunião relacionada com o Festival Internacional de Música de Santarém para apresentação do respectivo programa.

----**DEZ** – Dia doze de Setembro – Decorreu mais uma reunião do Plano de Pormenor do Alporão e da Alcáçova.-----

----No dia treze de Setembro, na sequência desta reunião foi feita uma visita ao Jardim das Portas do Sol para definir a segunda fase do projecto da zona envolvente do Restaurante. Informou que a obra do restaurante já se iniciou.-----

----**ONZE** – Informou que as obras nas piscinas municipais já tiveram o seu início no passado dia onze.-----

----**DOZE** – No mesmo dia, à tarde, esteve presente na Assembleia da Escola Alexandre Herculano.-----

----**TREZE** – Informou que tem vindo a preparar o concurso de vestidos de chita, que vai decorrer no próximo dia quinze à noite, no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

----**CATORZE** – Disse ter participado numa reunião com os restaurantes e pastelarias que participaram nos Serões da Província.-----

----**SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO – UM** – Dias vinte e quatro e vinte e cinco de Agosto – Assistiu aos espectáculos que animaram o Centro Histórico, integrados nos “Serões da Província”. Enalteceu o êxito destes espectáculos e a iniciativa da senhora Vereadora da Cultura de ter trazido, para os largos e ruas do Centro Histórico, os Serões da Província” do corrente ano.-----

--- Destacou, em especial, o espectáculo da noite de vinte e cinco que encheu, por completo, o Largo Sá da Bandeira.-----

--- **DOIS** – Dia vinte e oito de Agosto – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. -----

--- **TRÊS** – Reuniu-se com a Direcção e Comando dos Bombeiros Voluntários de Alcanede, acompanhado pelo senhor Coordenador Municipal de Protecção Civil, para análise das implicações dos incêndios que assolaram a área de intervenção do referido Corpo de Bombeiros, nos passados dias oito a dez de Agosto.-----

--- **QUATRO** – Dia vinte e nove de Agosto – Visitou obras em curso, no âmbito dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- **CINCO** – Dia trinta e um de Agosto – Acompanhado do Coordenador Municipal de Protecção Civil, reuniu-se com as Direcções dos Comandos dos Bombeiros do concelho, conjuntamente com os seguintes convidados: Inspector do Serviço Nacional de Bombeiros; Delegado Distrital da Protecção Civil; Representantes da Direcção-Geral das Florestas; da EDP - Distribuição Energia, S.A. e, dos Serviços Municipalizados, além de todos os Presidentes de Junta das áreas abrangidas por incêndios florestais, no concelho de Santarém, no presente Verão. -----

--- Além da apresentação do Relatório dos incêndios que assolaram o concelho nos passados dias oito a dez de Agosto, foi feita a análise crítica das operações de combate aos incêndios e lançadas pistas e contributos importantes por parte de todos os intervenientes na reunião, com vista à melhoria da situação no futuro, quer no campo da prevenção quer no que respeita à eficiência do combate aos incêndios florestais. -----

--- **SEIS** – Dia cinco de Setembro – Recebeu uma delegação da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais. -----

--- **SETE** – Dia seis de Setembro – Participou, na sede do Instituto Politécnico de Santarém, em mais uma reunião do Grupo de Trabalho encarregado do estudo da criação de uma Escola Superior de Tecnologia da Saúde, em Santarém. -----

--- **OITO** – Dia sete de Setembro – Esteve presente na inauguração do “Albertu’s Bar”,

no Graíño. -----

----**NOVE** – Dia oito de Setembro – Assistiu ao espectáculo inaugural do Festival Internacional de Folclore, no Auditório do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

----**DEZ** – Dia dez de Setembro – Esteve presente no espectáculo de encerramento do Festival Internacional de Folclore. A propósito congratular-se com o êxito deste Festival e endereçou os parabéns à respectiva organização. -----

----**ONZE** – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados.-----

----**DOZE** – Dia doze de Setembro – Deslocou-se à freguesia da Gançaria para análise “in loco” de vários problemas do âmbito da Protecção Civil e associou-se aos festejos populares em curso na mesma freguesia. -----

----**TREZE** – Dia treze de Setembro – Recebeu o Dr. Silvestre da Luz, veterinário da Câmara Municipal de Alpiarça, que apresentou um pedido de transferência para os serviços da Câmara Municipal de Santarém.-----

----**SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – Considerou o espaço polidesportivo, situado junto à Escola Ginestal Machado, bastante agradável, estando a ser muito utilizado. -----

----**DOIS** – Relativamente às piscinas municipais perguntou para quando está prevista a sua reabertura.-----

----**TREZ** – Chamou a atenção para o estado de degradação da Estrada da Estação. -----

----**SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – Dia vinte e quatro de Agosto – Efectuou uma visita geral e global a todas as zonas verdes e arborizadas da cidade. Aludiu às diligências que está a desenvolver para substituição de árvores que estão a morrer.-----

----**DOIS** – Dia trinta de Agosto – Manteve uma reunião com o Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, o Dr. Silva Duarte, Veterinário Municipal, a Presidente da ASPA – Associação Scalabitana de Protecção aos Animais e

munícipes que se intitulam amigos dos animais, albergando alguns em casa e que vieram solicitar apoio para a alimentação. -----

--- **TRÊS** – No mesmo dia recebeu representantes de empresas produtoras de pneus em Santarém, a fim de encontrar soluções para reciclagem de pneus usados. -----

--- Disse ter solicitado uma reunião com a RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo para tentar sensibilizar este sistema intermunicipal no sentido de se encontrar solução para recolha dos pneus. Nesta reunião, que decorreu no dia sete de Setembro, sensibilizadas para esta pretensão. -----

--- **QUATRO** – Dia um de Setembro – Visitou a Recipneu, empresa onde os pneus estão a ser recicladas. -----

--- **CINCO** – Dia cinco Setembro – Visitou a freguesia de Salvador, a fim de avaliar a limpeza efectuada nas traseiras dos prédios sitos na Avenida Bernardo Santareno, para tentar dar uma certa dignidade àquele espaço. Visitou também as obras que estão em curso na Praceta Gonçalves Isabelinha, para que as crianças possam ter condições para brincar. -----

--- **SEIS** – Dia – seis de Setembro – Manteve uma reunião com os responsáveis dos Serviços de Higiene e Limpeza, no sentido de efectuar um balanço do trabalho desenvolvido. -----

--- **SETE** – Dia doze de Setembro – Visitou a freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, a fim de analisar problemas de limpeza naquela freguesia. -----

--- **OITO** – Dia treze de Setembro – Reuniu com o júri do concurso de Recolha de Resíduos Sólidos. -----

--- Prestou diversos esclarecimentos neste âmbito, recordando os antecedentes deste processo. -----

--- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – **UM** – Na sequência do período de férias, quis, em seu nome pessoal e da Coligação Democrática Unitária, felicitar todas as Comissões de Festas e Juntas de Freguesia, que, uma vez mais, nesta época do ano, organizaram os seus festejos tradicionais e os seus Festivais de Folclore, reconhecendo o

seu esforço, trabalho, empenhamento e dedicação, proporcionando convívio às populações e reforçando os laços da sua identidade. -----

----Agradeceu a todas as Organizações, inclusive o Festival Internacional de Folclore “Celestino Graça” e o Grupo Académico Danças Ribatejanas., os convites que lhes formularam, e só a ausência por motivo de férias fez com que não se associasse fisicamente aos festejos embora em espírito estivesse com todos, reconhecendo sempre o seu trabalho ao serviço das suas terras e do concelho de Santarém. -----

----**DOIS** – No dia trinta e um de Agosto, embora na qualidade de Presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pernes, esteve presente numa Reunião, na Câmara Municipal, a convite do senhor Presidente em exercício e responsável pelo Pelouro da Protecção Civil, para analisar a grave situação de fogos florestais ocorrida no concelho, nos passados dias oito e nove de Agosto. Não pode, no entanto, dissociar na ocasião, a qualidade de Vereador desta Câmara Municipal, e como afirmou na altura, não pode deixar de se sentir satisfeito por pertencer a uma Câmara que se começa a preocupar em profundidade com esta questão da máxima importância. Sem sacralizar a figura do Bombeiro, presta Homenagem ao seu esforço e dedicação humanitários, ao cumprimento do seu lema “VIDA POR VIDA”. É um facto, e é humano, que os Bombeiros possam errar, mas quem faz o que os Bombeiros fazem, quem ao esforço desumano alie cansaço e falta de condições, umas vezes, logísticas, outras vezes operacionais, deve ser absolvido, e não condenado na praça pública, num clima, por vezes inquisitorial, que faz lembrar velhos tempos medievais.-----

----O Bombeiro intervém no fim da linha, quando tudo o resto falha, é o guarda-redes da linguagem futebolística, deixa entrar o golo, quando toda a tática e todos os outros intervenientes falharam. Há que combater as causas, e na prevenção está a aposta nevrálgica e fundamental, não há apenas e exclusivamente que combater os efeitos. Isso, que é o método e a visão tradicionais, tem que ser mudado com a intervenção empenhada de todos.-----

----A desertificação do mundo rural é uma das causas, a falta de limpeza, de asseiros, de

cumprimento da legislação, da posição de proprietários de matas, pinhais ou eucaliptais e da sua intervenção, a passagem para um novo ciclo de fogos florestais mais complexos, que por isso exigem respostas mais complexas e integradas, todo este conjunto de questões exige análise e reflexão para a operacionalidade e oportunidade das respostas, não na mira dos fogos, mas muito antes de tudo começar.-----

--- A reunião foi importante, séria e oportuna. Que seja a primeira de outras reuniões e vários níveis, para que os resultados possam surgir e minimizar custos humanos e financeiros para preservar e salvar o Ambiente.-----

--- A Coligação Democrática Unitária solidariza-se com todas as vítimas, que viram em perigo vidas e haveres, e exige uma outra política de prevenção, de desenvolvimento rural, e de apoio aos Bombeiros, às suas Associações e Corporações, um conjunto de medidas de organização e planeamento florestais, de formação, de sensibilização e de intervenção operacional, incluindo meios humanos e materiais.-----

--- O Concelho de Santarém tem sido uma vítima de fogos florestais há muitos anos, e neste ano de dois mil, o número de fogos aumentou e a área ardida foi muita. -----

--- Ainda no passado dia quatro de Setembro, acompanhou os Bombeiros Voluntários de Pernes e Torres Novas, e os Municipais de Alcanena, num fogo ocorrido entre São Miguel e a Chaínça, na Freguesia de Pernes. -----

--- **TRÊS** – Efectuou um conjunto de perguntas ao senhor Presidente da Câmara: -----

--- a) Os Tanques de Aprendizagem têm estado encerrados, e vão continuar. Porquê e até quando? -----

--- b) Qual o ponto da situação do processo das novas Piscinas Municipais. O ano dois mil entrou quase no seu trimestre final, e esse prazo inicial falhou. Qual a previsão para a entrada em vigor das Piscinas Municipais? -----

--- c) Qual o ponto da situação do Projecto do Parque de Estacionamento enterrado, no Campo Sá da Bandeira? -----

--- d) Estão degradados, cada vez mais, os pisos desse Parque de Estacionamento à superfície bem como do Parque de Estacionamento do Padre Chiquito, ambos no coração

da Cidade.-----

----Prevê-se ou não, e no caso afirmativo, para quando, a sua necessária repavimentação?

----e) São cada vez mais, e por vezes mais fortes, os maus cheiros da entrada sul de Pernes até ao Porto dos Alcaides.-----

----Será bom lembrar que o processo não está concluído (como estará, seria bom saber!?), o certo é que aviários, suiniculturas e vacarias não dão descanso a Pernes e a São Vicente do Paúl. O que se passa em termos de legalização e funcionamento?-----

----f) Para quando o agendamento e a resposta às Propostas, Requerimentos e perguntas escritas do Vereador da Coligação Democrática Unitária? -----

----**QUATRO** – Recordou uma antiga proposta do Partido Socialista que fez valimento na Assembleia Municipal e á pressa, “porque era absolutamente essencial”, criou o cargo de Provedor Municipal. Do preenchimento do cargo, não mais se ouviu falar estava-se no ano de mil novecentos e noventa e cinco, onze de Maio. -----

----De tanta pressa passou-se ao silêncio, à omissão. Porquê? Criam-se cargos para pessoas da confiança política, é a leitura que se pode extrair desta posição do Partido Socialista? -----

----Agora, que se pretende modernizar a administração pública, que se visa tornar transparentes processos administrativos, agora que os CIAC's - Centros de Informação Autárquicos ao Consumidor olham pela defesa dos consumidores, em que são dados aos cidadãos instrumentos de intervenção, de protesto, de denúncia de prepotências e de desrespeito pelos direitos de todos e de cada um, justifica-se mais do que nunca o cargo de PROVIDOR MUNICIPAL.-----

----Quando foi Vereador do Ambiente, várias vezes pensou em propor a criação do cargo de Provedor do Ambiente. Não concretizou a intenção, primeiro porque se recordou da proposta do Partido Socialista e do seu destino, “o caixote do lixo”, segundo porque compreendeu ser difícil o preenchimento das características técnicas, jurídicas e de independência e credibilidade, que o cargo exigia, e não seria útil confundir a opinião pública e o exercício dos direitos de cidadania com tantos órgãos. Ou seja, o óptimo pode

ser inimigo do bom. -----

--- Afinal, o que pensa o Partido Socialista, hoje, do cargo de PROVIDOR MUNICIPAL, que propôs e foi criado? -----

--- Está ou não o Partido Socialista disponível para preencher esse cargo por um cidadão isento e independente, credível, preparado, interveniente, defensor da legalidade e da transparência? O que podemos esperar do Partido Socialista, neste aspecto?-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram catorze horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser submetida a aprovação na reunião imediata.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA Nº. 21/00
Reunião de 14 de Setembro de 2000

249

